



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

PÉROLA CRISTINA FARIAS ALVES

**PROBLEMAS E DESAFIOS DA COMUNIDADE
COZINHADOR DO ASSENTAMENTO LIBERTAÇÃO
CAMPONESA EM ORTIGUEIRA-PR**

Londrina
2013

PÉROLA CRISTINA FARIAS ALVES

**PROBLEMAS E DESAFIOS DA COMUNIDADE
COZINHADOR DO ASSENTAMENTO LIBERTAÇÃO
CAMPONESA EM ORTIGUEIRA-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Geociências da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Geografia
Orientador: Prof. Dr. Ruth Youko Tsukamoto

Londrina
2013

PÉROLA CRISTINA FARIAS ALVES

**PROBLEMAS E DESAFIOS DA COMUNIDADE
COZINHADOR DO ASSENTAMENTO LIBERTAÇÃO
CAMPONESA EM ORTIGUEIRA-PR**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ruth Youko Tsukamoto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Alice Yatiyo Asari
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Ederval Everson Batista
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, ____ de _____ de ____.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Professora Ruth, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua paciência que teve comigo durante todo o período da pesquisa me auxiliando, me apoiando e ensinando da melhor forma sobre como elaborar a pesquisa e me orientando sobre quais caminhos eu deveria percorrer.

Aos meus pais, Marta e Raimundo, que além do apoio, me ajudaram muito durante as entrevistas de campo sempre colaborando com muitas informações além de me acompanhar durante as visitas com os assentados.

Gostaria de agradecer também algumas pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, tio Izaias, tia Zezinha e tio Nozinho, através de informações acerca da organização do acampamento e a atuação do MST e todo o processo de implantação do assentamento. Sem estas informações detalhadas a pesquisa teria sido muito mais difícil.

Agradeço também ao meu primo Glauber Yure, minha cunhada Leidiane, meus irmãos Silas, Hocmone, Tamar e Ramom que me auxiliaram nas tabulações de dados durante a pesquisa.

Aos amigos Camila Ketery, Thiago Saab, Naibi Jaime, Deidy Fernanda, que me incentivaram para a conclusão da pesquisa, salientando sua importância para minha carreira profissional.

A minha amiga e sócia Ivone Gomes Borges, pela paciência que teve comigo durante minhas faltas ao trabalho.

E por fim, mais um agradecimento especial ao meu ex colega de trabalho, Renato Rugene de Carvalho, pelo exemplo de dedicação e carinho pelas coisas boas da vida, me ensinando bons valores dos quais jamais esquecerei...

ALVES, Pérola Cristina Farias. **Problemas e Desafios da Comunidade Cozinador do Assentamento Libertação Camponesa, Ortigueira-PR**. 2013. 88 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharel em Geografia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Este trabalho busca objetivar os problemas e condições em que se encontram os produtores rurais da Comunidade Cozinador do Assentamento Libertação Camponesa em Ortigueira-PR, referente a produção agrícola familiar, bem como a ocupação e uso do solo e as tendências de seu desenvolvimento. O estudo foi realizado através de pesquisas de campo, aplicadas para uma amostra de 25 famílias, sendo possível entender as relações de trabalho e produção, nível socioeconômico e tecnológico, além de problemáticas que envolvem o processo de surgimento da comunidade. Para isso buscou-se, investigar aspectos produtivos e econômicos que estabelecem a dinâmica do Assentamento, compreender os mecanismos de comercialização da produção, caracterizar o nível socioeconômico das famílias assentadas, investigar a história vida dos assentados.

Palavras-chave: Comunidade Cozinador. Assentamento Rural. Produção Agrícola Familiar. Reforma Agrária.

ALVES, Pérola Cristina Farias . **Problems and Challenges of the Community Cozinhador Settlement Libertação Camponesa in Ortigueira-PR**. 2013. 88 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharel em Geografia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

This work seeks to objectify the problems and conditions in which they are farmers of the Community Cozinhador in Settlement Libertação Camponesa, Ortigueira-PR, referring to family farming, as well as the occupation and use of land and its development trends. The study was conducted through field research, applied to a sample of 25 families, being possible to understand the labor and relations production, socio-economic status and technological, as well as issues involving the process of community emergence. For this we sought, seeks to investigate performance and economic aspects establishing the dynamics of the settlement, understanding the mechanisms of commercialization of production, characterize the socioeconomic status of families settled, investigate the life history of the settlers.

Key words: Community Cooker. Rural Settlement. Family Farms. Agrarian Reforms

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil – Assentamentos Rurais- 1985 a 2000 N° Total.....	27
Gráfico 2 – Brasil – Assentados Oficiais de Reforma agrária- 1995 a 2006.....	28
Gráfico 3 – Condição do Trabalhador (produtor) rural.....	58
Gráfico 4 – Número de Produtores que utilizam insumos agrícolas.....	63
Gráfico 5 – Quantidade de litros de leite por n° de assentados	68
Gráfico 6 - N° de assentados entrevistados e o n° de cabeças de gado.....	69
Gráfico 7 – Uso da terra na comunidade Cozinhador.....	70
Gráfico 8 – Móveis e Eletrodomésticos por assentado.....	76

LISTA DE FOTOS E IMAGENS

Imagem 1 – Vista parcial do assentamento Libertação Camponesa.....	46
Foto 1 – Posto de saúde Libertação Camponesa.....	46
Imagem 2 – Colégio Izaias Rafael da Silva.....	47
Foto 2 – Área de recreação do Colégio Izaias Rafael da Silva	48
Foto 3 – Colônia da Comunidade Cozinhador.....	49
Imagem 3 - Vista aérea das Comunidades Mangueira, Duas Casinhas Transparaná.....	50
Imagem 4- Vista aérea das Comunidades Santa Paula, Cozinhador e Sede.....	51
Imagem 5-Vista aérea das comunidades Alto da Serra, Campanini e Água Branca	52
Imagem 6 - Vista parcial da Comunidade Cozinhador.....	54
Foto 4 – Ponte de Concreto do Rio Apucarana.....	55
Foto 5 - Ponte construída em 2011 pelos Assentados da Comunidade Cozinhador.....	56
Foto 6 – Vista parcial da criação de gado leiteiro na comunidade Cozinhador.....	68
Foto 7 - Plantação de eucalipto no Cozinhador.....	72
Foto 8 - Casa de alvenaria de um assentado.....	75

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Lei nº 4 504 de 1964.....	18
Quadro 2 – Da Política Agrícola e Fundiária da Reforma Agrária.....	21
Tabela 1 – Estrutura Fundiária Brasileira - 2003.....	22
Tabela 2 – Distribuição das terras por estabelecimentos em Ortigueira 1960- 2006.....	33
Tabela 3 – Distribuição das terras por área ocupada em Ortigueira 1960-2006.....	34
Tabela 4 – Local de nascimento dos chefes de famílias entrevistadas.....	57
Tabela 5 - Local de procedência dos chefes de família anterior ao Assentamento.	57
Tabela 6 – Produtores que utilizam o sistema de trocas de dia de serviço.....	64
Tabela 7 - Utilizam mão de obra temporária.....	65
Tabela 8 - Trabalhou fora em período temporário.....	66
Tabela 9 - Financiamento para custeio de produção (PRONAF).....	66
Tabela 10 - N° de lotes com pessoas (qualquer indivíduo da família) que recebem/ou não aposentadoria.....	76
Tabela 11 - N° de lotes com pessoas que recebem/ou não Bolsa família.....	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONTEXTUALIZANDO O TEMA REFORMA AGRÁRIA	13
2.1	Reforma Agrária e a luta pela terra no Brasil	15
2.2	A criação do MST e seus objetivos	22
2.3	Os assentamentos do INCRA no Brasil	26
3.	MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA: FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS.30	
3.1	A Origem do Assentamento Libertação Camponesa.....	37
3.2	Formas de Ocupação – Fase do Acampamento.....	41
3.3	A Organização do MST no Assentamento.....	43
3.4	Assentamento Libertação Camponesa: Organização e Infra-estrutura.....	45
4.	COMUNIDADE COZINHADOR: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	54
4.1	Perfil dos assentados na Comunidade Cozinhador.....	57
4.2	Repasse de lotes no Assentamento.....	59
4.3	O uso da terra e as relações de trabalho.....	62
4.4	Financiamentos para custeio de produção.....	66
4.4.1	Pecuária de leite.....	67
4.4.2	Produção Agrícola.....	70
4.4.3	A Cultura do eucalipto na comunidade Cozinhador	71
4.5	Perspectivas das famílias assentadas.....	74
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
6.	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICE.....	83

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho baseia-se num estudo em uma das comunidades do Assentamento Libertação Camponesa em Ortigueira - PR, conquistado com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), regularizado em 1998. O Assentamento é composto por 412 famílias assentadas divididas entre oito comunidades que foram denominadas conforme a atividade exercida anteriormente à implantação do Assentamento, como infraestrutura construída e características do meio natural. A comunidade do Cozinhador, escolhida para o desenvolvimento deste trabalho tem suas peculiaridades devido à procedência dos assentados anteriormente a formação do assentamento, sendo os mesmos oriundos de diversos estados brasileiros, de regiões comuns, assim como as perspectivas das famílias acerca da atividade desenvolvida no lote.

Busca-se entender partes da dinâmica agrária brasileira tendo a concentração fundiária como pano de fundo da luta pela terra por aqueles que não tem acesso à ela ou mesmo pouca terra. Numa estrutura fundiária no qual 0,1% dos imóveis detém 13,5% da área total em hectares, muitas vezes não cumprindo a função social da terra, ou seja, produzir alimentos para a população, enquanto 31,6% dos imóveis possui uma área de apenas 1,8%, sendo ocupada pelos pequenos produtores rurais que alimentam a população brasileira, segundo os dados da Estrutura Agrária Brasileira do ano de 2003, conforme a tabela 1 da pagina 22.

Para o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se investigar aspectos produtivos e econômicos que estabelecem a dinâmica do Assentamento, compreender os mecanismos de comercialização da produção, caracterizar o nível socioeconômico das famílias assentadas, investigar a história de vida dos assentados.

A escolha da realização desta pesquisa nesta comunidade está relacionada com o fato da família da autora deste trabalho ter participado do processo de implantação do assentamento, sendo um dos primeiros a chegarem ao local. Isto contribuiu para que a pesquisa fosse realizada contendo relatos de acontecimentos desde a formação do assentamento.

Após o resgate do processo de ocupação e consolidação desses assentados, discutir se - à os problemas e as condições em que se encontram à produção agrícola, as relações de produção, as formas de utilização das terras e as tendências de seu desenvolvimento por meio de pesquisas de campo em uma das comunidades do Assentamento. Esta comunidade denominada Cozinhador conta com 37 famílias

assentadas, as quais tem origem nordestina, do interior de São Paulo e Estado do Paraná.

Foi aplicado um questionário para 25 famílias desta comunidade, para entender a história de vida e as perspectivas dos assentados após 15 anos de formação do Assentamento, sendo importante para a análise e a compreensão das práticas socioculturais e do desenvolvimento dos assentados.

A partir de meados da década de 1980 passou a surgir um expressivo número de assentados, graças a atuação dos movimentos sociais rurais através da ocupação de fazendas consideradas improdutivas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se destacou como um dos mais eficientes no processo de luta pela Reforma Agrária, e para entender o papel desse movimento social e sua forma de organização, analisaremos como foi sua atuação no acampamento que acabou por originar o Assentamento Libertação Camponesa e a área escolhida para a presente pesquisa, além de compreender como ocorreu a aquisição das fazendas por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o MST, tendo em vista que três fazendas foram desapropriadas para tal finalidade.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi incrementado uma breve contextualização do tema Reforma Agrária, ressaltando seus conceitos, seus problemas inerentes à sua implementação, e assim entender o verdadeiro objetivo por meio de leituras teóricas realizadas em relação a este tema. Abordamos também a questão fundiária no Brasil relacionando fatores fundamentais que causaram a concentração de terras no Brasil desde seu processo de colonização, evidenciando os vários momentos políticos e históricos em que muitas leis foram sancionadas, mas que não foram eficientes no processo de desconcentração da terras no país.

Pelo fato do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ter e tem exercido um papel fundamental no processo de concretização de políticas de assentamento no Brasil, procuramos entender neste trabalho como ocorreu a criação do MST e seus objetivos, assim como uma breve análise dos assentamentos do INCRA no Brasil, demonstrando através de dados que a concentração fundiária continua arraigada na sociedade brasileira.

No segundo item: Município de Ortigueira: formação e distribuição das terras, tratamos de resgatar o processo de ocupação do município e a atual configuração com a presença de assentamentos rurais dentre eles o nosso objeto de estudo. Assim, procuramos entender as origens do Assentamento Libertação Camponesa, um dos maiores do Estado do Paraná.

No terceiro e último item: Comunidade Cozinhador: formação e desenvolvimento, procuramos verificar os objetivos traçados por meio de pesquisa em campo para analisar a atual situação dos assentados dessa comunidade que hoje não conta com a atuação do MST.

2. CONTEXTUALIZANDO O TEMA REFORMA AGRÁRIA

Antes de discutir o processo de reforma agrária no Brasil, suas problemáticas e contradições, torna-se necessário entender este conceito que em diversas ocasiões tem-se utilizado em conversas, discursos e até mesmo em textos científicos, muitas vezes de forma equivocada.

[...] ao responder a pergunta “o que é Reforma Agrária?”, o expositor oficial da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), do Departamento de Estado dos Estados Unidos, lembrava que as definições a respeito variam dependendo se está a favor ou contra a Reforma Agrária. Não obstante, a reunião em que esse e outros temas básicos foram discutidos adotou autêntico conceito, pelo qual se considerou “Reforma Agrária” ou “Reforma do Regime de Tendência da Terra”: 1 – redistribuição do direito de propriedade sobre a terra; e/ou 2 - concessão de segurança, longos prazos e baixos preços para as terras ocupadas em forma precária; ambas as situações devem ocorrer em áreas onde já existia alguma infraestrutura. (SILVA, 1971, p. 17).

Para o autor, existem três medidas que podem melhorar o setor agrícola: simples instrumento de política, modificações nas estruturas existentes e reformas propriamente ditas. Para ele, as mudanças instrumentais com o intuito de realizar Reforma Agrária raramente conduzem a qualquer transformação substancial na estrutura da economia, uma vez que dizem respeito apenas à utilização de mudanças quantitativas, como são os aumentos de impostos ou a modificação nas taxas de arrendamento ou parceria.

O autor então esclarece em sua visão a diferença entre as gradações de políticas agrícolas, de um lado a redução da taxa de juro para o financiamento de adubos como um mero instrumento de política; a introdução de um sistema de financiamento integral constituiria uma mudança na estrutura que regulamenta a utilização deste importante insumo agrícola; a nacionalização da indústria de adubos representaria uma reforma.

Muitos outros autores têm procurado estabelecer uma análise do termo Reforma Agrária relacionando com as políticas governamentais no Brasil. Oliveira (2007), discute o termo Reforma Agrária no qual relaciona às lutas e revoltas camponesas e ações de governos visando modificar a estrutura agrária nas regiões, no qual diferencia estes dois casos, o primeiro como revolução agrária e o segundo, relacionada a ideia de uma reforma.

Para este mesmo autor, no capitalismo, a terra transformada em mercadoria tem um preço, mas não tem valor pelo fato de não ser produto criado pelo trabalho humano.

Portanto, a concentração da terra não é igual à concentração do capital; ao contrário, revela a irracionalidade do método que retira capital do processo produtivo, imobilizando-o sob a forma de propriedade capitalista da terra. Já a concentração do capital é aumento de poder de exploração, é aumento da capacidade produtiva do trabalhador; é aumento, portanto, da capacidade de extração do trabalho não-pago, da mais-valia. (OLIVEIRA 2007, p. 66).

Assim, para o autor, a Reforma Agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade do capital resolver a questão social advinda da concentração de terras, e assim os maiores problemas sempre foram os obstáculos das desapropriações, ou seja, Título da Dívida Ativa (TDA), quando o estado paga o proprietário pelas desapropriações com o dinheiro à vista, ele cria condições para que o mesmo receba o dinheiro retido na terra como forma de capital. E é assim que residem historicamente os problemas centrais das reformas agrárias sob o capitalismo, que tem sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração de terras.

Pode-se dizer, segundo as declarações de Oliveira (2007), que a Reforma Agrária somente ocorre quando o estado desapropria e reparte a terra para pequenos produtores, porém não devolve nenhum capital para o antigo proprietário em troca, caso contrário seria o mesmo que desconcentrar e concentrar novamente.

Os exemplos de Reforma Agrária que têm surgido no campo têm a estratégia da expansão do capitalismo no campo esgotando a possibilidade de reprodução da produção camponesa, transformando aqueles que começam a concentrar a terra em pequenos capitalistas.

Desse modo esse processo é contraditório, pois, ao mesmo tempo em que ele ocorre, abre para os camponeses novos horizontes históricos, em que a subordinação e sujeição da renda da terra aos grandes monopólios capitalistas geram para eles (os camponeses) a perspectiva e necessidade de luta não só pela propriedade da terra, mas, sobretudo a luta contra o capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 67).

Para entender melhor o autor, é só pensar nas maneiras como o capitalista ao invés de adquirir a terra, subordina o agricultor a produzir o que ele precisa, explorando este e sua família para trabalhar na propriedade por uma renda mínima e desproporcional ao relacionar o excesso de trabalho e o fato de ser o proprietário da terra.

Assim, para Oliveira (2007 p. 68), este processo que cria a necessidade da Reforma Agrária, não resolve, e é por estes caminhos contraditórios que o modo capitalista de produção cria condições para sua reprodução ampliada, e a Reforma Agrária não pode ser entendida como solução para estas contradições, pois resolve

mais as questões do modo capitalista de produção do que da agricultura. E assim o autor define que:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (OLIVEIRA 2007, p. 68).

E para o referido autor existe uma diferença entre Reforma e Revolução Agrária: a primeira provoca apenas alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção, já a segunda implica na transformação da estrutura fundiária visando a construção de outra sociedade.

Assim, se torna contraditório pensar numa Revolução Agrária num país no qual a estrutura econômica é capitalista, pois uma revolução sempre modifica a estrutura social do país e não significa apenas distribuição de terras.

Parte-se, portanto nesta interpretação, do estabelecimento de uma diferença conceitual entre reforma e revolução agrária. A reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. A revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade. (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Continuando as ideias do autor, pode-se dizer que no Brasil o que tem acontecido durante os diferentes momentos políticos e históricos do país, é apenas uma tentativa de fazer uma Reforma Agrária. Se analisarmos os dados da Tabela 1 sobre Estrutura Fundiária Brasileira, 2003 na pagina 22, apresentados pelo INCRA, tem acontecido apenas a não intenção de realizar esta reforma na estrutura agrária do país.

2.1 Reforma Agrária e a luta pela terra no Brasil

A distribuição fundiária se deu de forma desigual e violenta desde os primórdios da colonização brasileira. De um lado pessoas com extensas quantidades de terras e de outro, aquelas que sequer tinham onde morar e muito menos produzir.

No período da colonização no Brasil e seu processo de povoamento, foi adotado o sistema de sesmarias, isto é, grandes extensões de terras para pessoas que tinham condições de explorá-las, além de serem doadas para um pequeno

porcentual de pessoas, não incluindo neste processo o acesso dos imigrantes pobres, ou seja, aqueles que não detinham meios de produção e muito menos os escravos. Estas terras eram passadas de pai para filho e denominadas de Capitânicas Hereditárias. “O modelo colonial do Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social sendo, a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo”. (MIRALHA, 2006, p.19).

Neste contexto pode-se afirmar que as grandes extensões de terras, e o sistema de monocultura, são heranças do período colonial, assim como o importante papel das pequenas propriedades que desde o princípio se destacaram pelo cultivo dos produtos alimentícios já que as grandes propriedades sempre se destacaram na monocultura de produtos de exportação. Diante disso:

[...] os pequenos produtores não passavam, na maioria das vezes, de simples agregados dos grandes proprietários de terras e de escravos, os quais lhe cediam por empréstimo, pequenos lotes de terra para cultivo em troca de serviços de todo o tipo, inclusive de capangagem. Os referidos produtores cultivavam gêneros alimentícios para seu próprio sustento e para o consumo dos pequenos mercados locais e de cidades mais próximas [...] eles eram frequentemente paupérrimos, vivendo em condições materiais apenas um pouco melhor que a dos escravos. [...] de um modo geral, todavia, as culturas de subsistência nunca deixaram de constituir atividades secundárias e subsidiárias em relação às grandes lavouras escravistas de exportação. (MIRALHA, 2006, p. 14-16).

Contudo, com a abolição da escravatura a situação não se modificou, os escravos foram substituídos por europeus que eram atraídos para o Brasil nesta época para trabalhar como assalariados, ou seja, a grande propriedade, dominante em toda a história do país, se consagrou como modelo socialmente reconhecido em toda a sua história, pois foi ela quem recebeu o estímulo político que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução, ao contrário da pequena propriedade que sempre ocupou um lugar secundário na sociedade brasileira. (WANDERLEY, 2001).

Uma pequena parcela da população que obteve pequenas extensões territoriais, os sítios, passou a desenvolver a agricultura baseada no trabalho familiar. (MARQUES, 2005). Contudo, estes trabalhadores não tinham significância nenhuma para a sociedade da época, ou seja, a ocupação de pequenas faixas de terras, para delas extrair o sustento, era considerado insignificante para a economia que vigorava na época da colonização.

Eram verdadeiros sítios volantes que se estabeleciam, atravessando no tempo e no espaço todo período colonial, mas estendendo suas raízes até os tempos mais recentes. Esses tipos que foram a gênese dos pequenos agricultores no Brasil, sempre foram tidos como

“vadios”, “ociosos”, e qualificações semelhantes. Sempre foram considerados como marginais pelas autoridades da colônia e pela ideologia dominante na época. (GRAZIANO DA SILVA, 1978 apud MARQUES, 2005, p. 9).

Com este quadro agrário do período colonial, que com o passar do tempo foi se intensificando, resultou nesta desigualdade de terras na sociedade brasileira.

[...] por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria. (PRADO JR., 1981, p. 15).

Foi a partir destas problemáticas no rural brasileiro que começaram a surgir os movimentos sociais no campo, que resultam de um processo de luta da classe expropriada, ou seja, a luta para conquistar e permanecer na terra através do acesso a políticas agrárias que compensem sua trajetória de exclusão que lhe foi historicamente imposta. (MARQUES, 2005). E assim, os assentamentos de reforma agrária tem sido de fundamental importância para a consolidação do produtor nestes espaços através de lutas para conquistar o direito a um pedaço de chão e o apoio do Estado para se reproduzir social e economicamente.

No Brasil, as primeiras propostas de leis relacionadas com a Reforma Agrária surgiram após a Constituição Federal de 1946, baseadas nos artigos 141 e 147, em que era garantido o direito de propriedade exceto em desapropriação por necessidade e utilidade pública e interesse social, porém mediante indenização por dinheiro. (LARANJEIRA, 1983 apud OLIVEIRA, 2007, p. 104).

Para Oliveira (2007), os primeiros movimentos sociais, se iniciaram com o objetivo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. Estes conflitos marcaram sua participação em finais da década de 1940, 1950 e de 1960, denominadas em alguns lugares como “Ligas Camponesas”, nascidas muitas vezes, como sociedade beneficiante dos defuntos, organizadas principalmente no Nordeste brasileiro nas lutas dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata contra o latifúndio. Foi com este movimento que a luta pela Reforma Agrária no Brasil ganhou dimensão nacional tornando-se o primeiro movimento social de luta pela Reforma Agrária que ensaiou uma organização de caráter nacional, contagiando muitos trabalhadores rurais e também urbanos.

O movimento das Ligas Camponesas tem, portanto, que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os camponeses e trabalhadores assalariados do campo e

as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país. (OLIVEIRA, 2007, p. 108).

Em 1962, foi promulgada a lei nº 4.132 em que definia os casos de desapropriação por interesse social que corresponde ao “ aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico”. (OLIVEIRA, 2007, p. 114). Foi considerado apenas um passo para ser aprovada a primeira lei de reforma agrária no país.

Ainda segundo o mesmo autor, na época, o então presidente João Goulart, mesmo considerando esta lei um avanço do ponto de vista legal, ainda achava insuficiente, pois sua meta era buscar a aprovação da reforma agrária com emenda constitucional, através do pagamento das terras desapropriadas por títulos da dívida pública que tinham baixo valor de mercado. Reduzia-se o valor da propriedade desapropriada para fins da reforma agrária. Contudo, todas as outras tentativas de Reformas de Base durante seu governo foram descartadas com o golpe militar de 1964, com movimentos sindicais desarticulados e os líderes presos e exilados.

O Estatuto da Terra sendo uma das leis de Reforma Agrária criado pelo regime militar previa as desapropriações por interesse social, e ao mesmo tempo forneceu bases para a modernização da agricultura.

As metas desta lei se resumem com a promessa de execução da reforma Agrária e desenvolvimento da agricultura. Nesta mesma lei fica definida uma classificação das propriedades rurais que compreendem:

Quadro 1

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior;

IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;

V - "Latifúndio", o imóvel rural que:

a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a

vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

VI - "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico ...Vetado... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias;

VII - "Parceleiro", aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada;

VIII - "Cooperativa Integral de Reforma Agrária (C.I.R.A.)", toda sociedade cooperativa mista, de natureza civil, ...Vetado... criada nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente;

IX - "Colonização", toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de Cooperativas ...Vetado...

Parágrafo único. Não se considera latifúndio:

a) o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado;

b) o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública.

Art. 5º A dimensão da área dos módulos de propriedade rural será fixada para cada zona de características econômicas e ecológicas homogêneas, distintamente, por tipos de exploração rural que nela possam ocorrer.

Parágrafo único. No caso de exploração mista, o módulo será fixado pela média ponderada das partes do imóvel destinadas a cada um dos tipos de exploração considerados.

Fonte: Brasil, lei nº 4 504 de 30 de novembro de 1964.

Assim para Martins, (1983) o Estatuto da Terra tinha como objetivo primordial o desenvolvimento da empresa rural, em uma tentativa de conciliar a redistribuição de terras com o avanço do capitalismo no campo.

Martins (1999, p.79) salienta o fato de que grandes proprietários de terras organizados através da Sociedade Rural Brasileira de São Paulo, deram decisivo apoio à preparação do Golpe Militar de 1964. Para este mesmo autor:

As resistências e temores, dos proprietários de terra, logo que ficou claro que os militares estavam trabalhando num projeto de reforma agrária, desdobraram-se em iniciativas para desestabilizar ou radicalizar o novo regime. O regime militar, porém, produziu uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terra e assegurar ao mesmo tempo o apoio ao grande capital, inclusive o apoio do grande capital multinacional.

Assim para Martins (1999), o conceito de latifúndio imposto pelos militares era ainda mais radical que o do governo anterior de esquerda, porém havendo uma

distinção entre terras desapropriáveis e não desapropriáveis, sendo incluídos entre as desapropriáveis até mesmo os minifúndios, ou incluídos nas terras penalizáveis pela taxaço que era o principal instrumento da reforma. As empresas rurais eram bem vistas pelo Estado, indicando uma Reforma Agrária orientada na modernização e aceleração do capitalismo na agricultura.

Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre a terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, *no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais.* (MARTINS, 1999, p.79-80).

Assim, o regime militar procurou modernizar a propriedade da terra afastando uma possível reforma agrária que levasse à expropriação de grandes proprietários de terras, introduzindo a tecnificação e alterando as relações de trabalho no campo com a introdução de máquinas e adubos.

Mesmo com muitas leis sendo sancionadas em “favor” da Reforma Agrária, a falta de vontade política, os processos burocráticos e a repressão contra qualquer conflito nesta fase impediram que esta reforma acontecesse de fato.

Em 1985, no período denominado de “Nova Republica”, que consistiu na transição da Ditadura Militar para o Estado de Direito Democrático, um de seus projetos prioritários foi a Reforma Agrária anunciada durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, sendo feitas articulações para a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária aprovado em 1985.

O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, (PNRA), criado em 1985, adota alguns princípios sendo a função social da propriedade, as empresas rurais não serão desapropriadas, a reforma agrária não atingirá as terras que estiverem produzindo, os pequenos e médios agricultores não serão atingidos pelas desapropriações, e estas serão pagas mediante indenização.

O I PNRA já trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra, como por exemplo, o artigo (artigo 2º, § 29, do Decreto nº 91.766) onde está expresso que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios. Outro ponto, foram os imóveis que tivessem grande presença de arrendatários e/ou parceiros, onde as disposições legais fossem respeitadas. Dessa forma, o I PNRA já apareceu trazendo distorções em relação ao Estatuto da Terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 108).

Segundo o mesmo autor, os anos posteriores demonstraram o fracasso da Reforma Agrária, pois entre os anos de 1985 e 1986 apenas 5% das metas estabelecidas para assentamento de famílias foram atingidas, e este ritmo continuou lento nos anos posteriores.

Somente com a Constituição de 1988, é que passou a conter uma legislação, destinadas à política agrícola e fundiária com os artigos 184 à 191, representados no quadro 2.

Quadro 2	
CAPÍTULO III	
DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA	
<u>Regulamento</u>	
<p>Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.</p> <p>§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.</p> <p>§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.</p> <p>§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.</p> <p>§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.</p> <p>§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.</p> <p>Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:</p> <p>I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;</p> <p>II - a propriedade produtiva.</p> <p>Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.</p> <p>Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:</p> <p>I - aproveitamento racional e adequado;</p> <p>II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;</p> <p>III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;</p> <p>IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.</p> <p>Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:</p> <p>I - os instrumentos creditícios e fiscais;</p> <p>II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;</p> <p>III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;</p> <p>IV - a assistência técnica e extensão rural;</p> <p>V - o seguro agrícola;</p> <p>VI - o cooperativismo;</p> <p>VII - a eletrificação rural e irrigação;</p> <p>VIII - a habitação para o trabalhador rural.</p> <p>§ 1º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.</p> <p>§ 2º - Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.</p> <p>Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.</p> <p>§ 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.</p> <p>§ 2º - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.</p> <p>Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.</p> <p>Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.</p> <p>Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.</p> <p>Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.</p> <p>Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.</p>	

Fonte: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil-1988.

Há que observar que a nova Constituição, mesmo instituindo o processo de reforma agrária, foi considerada uma vitória para os latifundiários, em relação ao “caráter insuscetível de desapropriação da propriedade produtiva e transferiram para

a legislação complementar a fixação das normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social da terra”. (OLIVEIRA, 2007, p. 129).

O II PNRA, elaborado em 2003 destaca 11 metas sendo, a primeira delas de 400.000 mil novas famílias assentadas, a segunda com 500.000 mil famílias com posses regularizadas e a terceira com 150.000 mil famílias beneficiadas com o Crédito Fundiário até o ano de 2006.

Contudo, segundo Oliveira (2007), estas metas jamais foram cumpridas, pois referente a Meta 1 apenas 33% foram concluídas, ou seja, um terço do que foi prometido.

E assim, a reforma agrária na nova fase em que vivia o país após o período de repressão, começou da mesma forma como os militares haviam tratado este processo.

A tabela 1 do ano de 2003 demonstra a concentração de terras no país, refletindo a não Reforma Agrária.

Tabela 1

Estrutura fundiária Brasileira, 2003.

Grupos de área total (ha)	imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7%	38.574.392	9,1%	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7%	61.742.808	14,7%	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
De 2.000 a -5.000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
5.000 e Mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	4.238.421	100,0 %	420.345.382	100,0%	

Fonte: Oliveira, (2007)apud INCRA-situação em agosto de 2003 in II PNRA, Brasília 2003).

Nota-se que existem 6.847 imóveis com 5.000 ou mais hectares cada um, representando apenas 0,1% do total de imóveis e concentrando 13,5% das terras do país; e apenas 1,8% das terras estão distribuídas para 1. 338.711 imóveis com menos de 10 hectares para cada um. Isso demonstra que os esforços através dos movimentos sociais no campo em busca de uma verdadeira Reforma Agrária, obteve pouquíssimos resultados frente à tamanha concentração de terras no país.

2.2 A criação do MST e seus objetivos

Segundo Stédile (2005), a gênese do MST foi determinada por vários fatores, um deles, o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira

sofreu na década de 1970, que foi o período mais rápido e mais intenso da mecanização da lavoura brasileira.

Com o incentivo da tecnificação da agricultura no período militar, principalmente com o aumento das áreas de cultivo da monocultura como a soja, cana de açúcar, laranja dentre outros produtos, intensificou a quantidade de trabalhadores assalariados no campo, agravando ainda mais a situação do produtor familiar, desenvolvido pelos parceiros, porcentageiros e pequenos proprietários.

Essa política que ficou conhecida como *modernização conservadora* promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras. (FERNANDES, 1996 p. 49).

Mesmo com toda a repressão neste período os movimentos de luta pela terra no campo continuaram e, um fator que contribuiu para isto foi a participação da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como espaço de socialização a respeito da organização camponesa.

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da Gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gênese do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem terra, que aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese do Movimento. (FERNANDES, 1996 p. 50).

Assim, segundo o autor, cada luta era considerada como um grande passo para a consolidação deste Movimento que dentre seus objetivos se destacam a luta pela Reforma Agrária, por uma sociedade mais justa, fraterna e “acabar” como o capitalismo, assim como integrar a categoria dos sem terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos, pequenos proprietários, etc.

O MST como o movimento socio-territorial rural mais organizado no final do Século XX e início do século XXI, representa no conjunto da história recente deste país, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos interessados na questão agrária, um lado novo e moderno. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante um processo de luta para entrar na terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

Essas terras têm servido de palco de lutas por este movimento, são em sua maioria improdutivas e estão sendo utilizadas como reserva de valor e patrimonial das classes dominantes. Parte desta classe de trabalhadores que se juntou para

lutar no movimento em sua maioria são expropriados da terra, ou seja, já trabalharam no campo durante um período de suas vidas e foram espoliados.

Trata-se, pois, de uma luta de expropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, pois, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas revela muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania. (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

Segundo o mesmo autor, vários outros movimentos sociais surgiram no campo e na cidade em busca de seus objetivos, contudo o MST sempre foi um dos mais organizados e com abrangência em âmbito nacional. Surgiu na década de 1980 como movimento de massa e de luta pela reforma agrária. Tem demonstrado ser um movimento político e ideológico com claros objetivos, no qual não se limita apenas à conquista da terra, mas uma luta por justiça, direitos iguais e coletividade.

Dentre a massa de pessoas que acompanham o movimento em busca de um pedaço de terra, muitos são filhos de pequenos proprietários que após constituir família com o desejo de possuir sua própria terra entram no movimento em busca desta conquista; outros já trabalharam no campo desde que nasceram e chegando à cidade em busca de emprego, muitos por falta de melhores perspectivas se submeteram ao trabalho como bóia fria, ou seja, aqueles que moram nas cidades e vão para o campo trabalhar por dia ou até mesmo mensalmente, muito comum no interior de São Paulo para a colheita de laranja e o corte de cana-de-açúcar.

Existem também muitos daqueles que viveram toda a vida trabalhando em fazendas como rendeiros, parceiros e meeiros, mas nunca tiveram a oportunidade de trabalhar na sua própria terra e, viram uma oportunidade ao ingressarem na luta junto ao movimento.

São diversas as origens daqueles que acompanham o movimento na luta pela terra e melhores condições de vida, e em sua maioria pessoas que já tiveram experiências no campo e desejam voltar conquistando seu próprio pedaço de chão.

Segundo Oliveira (2007), durante o governo Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, os conflitos em relação à terra crescem alcançando um patamar bem maior que na década de 1980, principalmente nas regiões do Nordeste e Centro-Sudeste, como na região Sul. Porém, estes conflitos foram reprimidos com extrema violência policial matando muitos camponeses em luta pela terra, fato que se justifica em razão deste governo ter sido apoiado pelos ruralistas como

sustentação política o que ainda proporcionou a prorrogação das dívidas destes latifundiários.

Para este mesmo autor, nos primeiros seis anos de seu governo (FHC) e as pressões do movimento conseguiu assentar 373.210 famílias em 3.505 assentamentos rurais, porém estes dados incluem regularizações fundiárias, remanescentes de quilombos, assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural e os projetos de Reforma Agrária propriamente dito, o que demonstra não uma intenção do governo frente a reforma agrária, mas sim uma resposta à pressão social.

Entre as justificativas do MST na luta pela terra tem-se a produção de gêneros alimentícios não é prioridade nas grandes propriedades do país, no qual se configura principalmente pela monocultura. Muitos estudos já foram feitos em relação aos fatores negativos que trazem este cultivo, que vão desde fatores ambientais a econômicos. Um dos exemplos é cana - de açúcar, muito cultivado no interior de São Paulo e outras regiões do Brasil, em que milhares de trabalhadores são explorados, com péssimas condições de trabalho, expostos a riscos de saúde e acidentes de trabalho, além de não existir nenhuma perspectiva de melhora de vida.

Por outro lado, se estes trabalhadores fossem despedidos deste trabalho, caso ocorresse uma modernização e os cortadores de cana fossem substituídos por máquinas, isto resultaria em uma grande massa de trabalhadores rurais desempregados. Assim, a Reforma Agrária poderia desempenhar seu papel, proporcionando terra para estes trabalhadores e possibilitando todo o apoio técnico e financeiro com créditos mais baratos para a produção familiar.

Vários aspectos demonstram que a pequena propriedade possui diversos pontos positivos para a população brasileira.

[...] a pequena propriedade que detém apenas 20% da área ocupada do Brasil, foi responsável por 46% do valor da produção agropecuária e por 43% da renda gerada no campo. Enquanto isso, as grandes propriedades que controlam mais de 44% da área ocupada total, foram responsáveis por apenas 21% do valor da produção e 23% da renda gerada. As médias propriedades que controlam 36% da superfície ocupada ficaram com a diferença, ou seja, 32% do valor da produção e 34% da renda. (OLIVEIRA, 2007, p.151).

Dentre estes, a pequena propriedade é aquela de 100 há. Na qual o produtor familiar está inserido e que luta cada dia pela permanência na terra, pois mesmo com a experiência que detém no trabalho do campo, não tem sido tarefa fácil sua reprodução. Vários fatores contribuem para esta luta diária, tais como o pequeno potencial para fazer financiamentos para a produção e as dificuldades de comprar

insumos, dificuldades para quitar as dívidas de financiamento junto ao banco, baixo ou nenhum nível de tecnologia e como consequência é adotado um estilo de trabalho manual por falta de maquinários, causando o encolhimento da produção. Fica claro também a limitação enfrentada para ter acesso ao mercado consumidor devido à falta de infra-estrutura e informação sobre preços e mercados.

Esta ineficiência na comercialização também reflete a falta de um planejamento mais cuidadoso na escolha dos produtos a serem cultivados, esbarrando assim em problemas como variação de preço da produção causando, muitas vezes, prejuízos, além de perda da lavoura por fatores climáticos. Estes fatores fazem o pequeno produtor além de lutar pela terra, posteriormente muito mais para permanecer nela.

É pensando nestas problemáticas que as instâncias governamentais precisam dar todo apoio possível ao produtor familiar, do contrário a sobrevivência dos produtores fica comprometida, pois a renda adquirida na terra é insuficiente para cobrir os custos de produção e inviabiliza os financiamentos para a próxima safra, criando uma tendência de cultura de subsistência e impossibilitando o desenvolvimento econômico de sua reprodução.

Mesmo assim, diversas experiências de pequenos produtores se estruturaram e se desenvolveram tornando competitivos no mercado de trabalho, mesmo sem o devido apoio para sua permanência na propriedade. As estratégias do sucesso desta categoria de produtos exigem reflexões do que precisa ser feito para uma possível reprodução em relação ao apoio governamental, além do planejamento em relação ao produto a ser cultivado de acordo com as demandas de mercado e a maneira como esta produção será comercializada. Assim, o MST não tem como objetivo apenas a conquista da terra, mas pressupõe estratégias de lutas para que os produtores familiares permaneçam nela.

2.3 Os Assentamentos do INCRA no Brasil

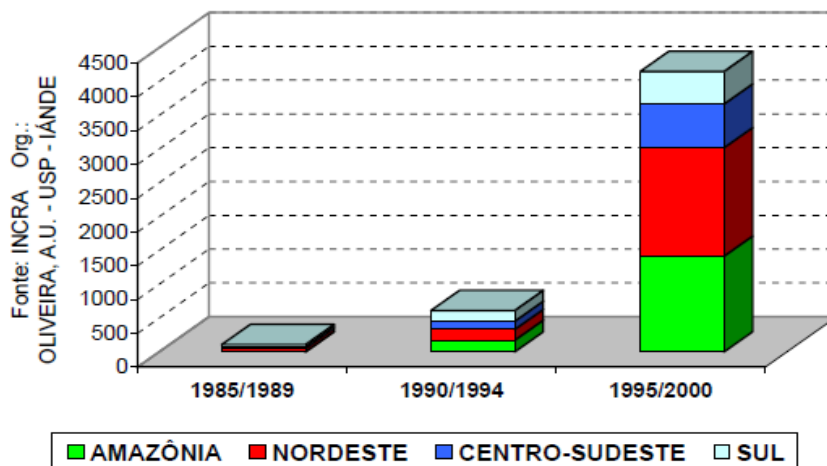
Pode-se afirmar, que no Brasil nunca foi implantada realmente a Reforma Agrária, mas sim políticas de assentamentos, pois muitas leis têm sido implantadas desde muito antes do período de ditadura militar que mascaram o verdadeiro propósito da Reforma Agrária.

O gráfico 1, sobre o número de assentamentos rurais entre os anos 1985 e 2000, demonstra que mesmo com a repressão frente aos movimentos sociais no campo muitas famílias foram assentadas principalmente nas regiões do Nordeste e Amazônia, e mesmo que estes números sejam muito inferiores ao número de

ocupações de terras neste período, os assentamentos implantados são bem superiores em relação aos anos anteriores.

Gráfico 1

**BRASIL - ASSENTAMENTOS RURAIS - 1985 a 2000
(Nº TOTAL)**



Fonte: Oliveira, 2007.

Até mesmo os dados publicados sobre famílias assentadas não refletem a realidade, os números mostram que a Reforma Agrária está acontecendo, mas na prática até regularizações fundiárias e outras formas foram incluídas na contagem afim de mascarar a realidade. Segundo Oliveira (2007, p. 168) é preciso deixar claro os conceitos de acesso à terra colocado em prática no Brasil.

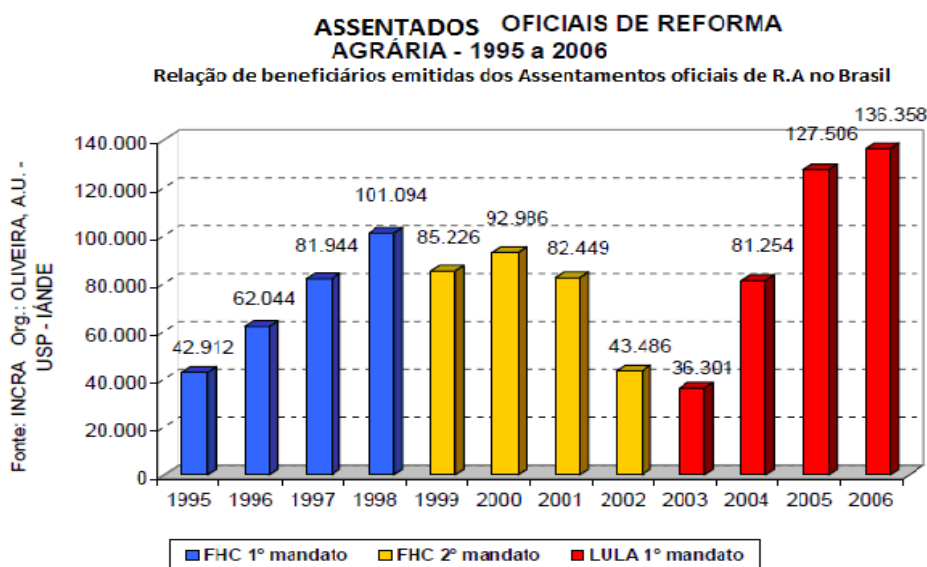
- 1. Reforma Agrária:** refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas.
- 2. Regularização Fundiária:** refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc.);
- 3. Reordenação Fundiária:** refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes, e/ou para garantir seus acessos às políticas públicas;
- 4. Reassentamentos Fundiários de famílias Atingidas por Barragens:** referente aos proprietários ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas;

Até mesmo famílias assentadas desde o governo de Getúlio Vargas do ano de 1942 foram incluídos como famílias assentadas em 2005, durante o mandato do presidente Lula. Mesmo que tenham sido incluídas em políticas públicas deste governo não poderiam ser contadas nas metas de Reforma Agrária.

O gráfico 2, demonstra claramente o total dos assentamentos oficiais de Reforma Agrária do governo FHC e Lula. Os dados estão muito longe de cumprirem as metas¹ que foram propostas de acordo com os planos de Reforma Agrária.

Os movimentos sociais foram derrotados, pois saíram enganados nas reuniões de acompanhamento onde sempre ouviram o discurso de que a reforma agrária seria feita. Mas, os grandes derrotados foram os camponeses em geral e com eles uma parte da sociedade brasileira, que permanece na esperança de que um dia, a dívida social da reforma agrária seja verdadeiramente paga. (OLIVEIRA, 2007, p. 172).

Gráfico 2



Fonte: Adaptado pela autora, 2014

Dentre estes camponeses, existem aqueles que há anos enfrentam as piores condições de vida, acampados debaixo de lona e enfrentando as mais diversas dificuldades que vão desde o quesito alimentação, escolas para seus filhos, sofrendo com as intempéries climáticas e principalmente sem a certeza de que todo o sofrimento valerá a pena, pois não existe uma certeza de receber seu pedaço de terra.

A falta de vontade dos diversos governos que prometeram a Reforma Agrária e nunca cumpriram, reforça a crença de que a luta ainda será grande por muito tempo, deve-se perguntar como andam aqueles que por sorte ou acaso vieram a conquistar seu pedaço de terra. Entretanto, a Reforma Agrária não é completa apenas com a distribuição de terras, mas sim, com o apoio para que o produtor familiar permaneça e se reproduza nela. Que ele tenha condições de se desenvolver como produtor no mercado e fazer a diferença no cenário econômico do país, fortalecendo ainda mais esta classe.

¹ Ver metas na p. 21.

Para que isto aconteça é preciso apoio maciço do governo nestes assentamentos formados por meio de cursos e apoio técnico, facilitando a aquisição de insumos e de financiamentos com juros mais baixos. Caso contrário, estas famílias assentadas dificilmente poderão investir na propriedade e obter resultados significativos para poderem se reproduzir, caso contrário, muitas restarão viver da agricultura de subsistência ou vender seus direitos na propriedade para tentar a sorte nas cidades.

3. MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA: FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS

O município de Ortigueira foi criado em 1952, possui uma população de 23.646 mil estimadas para o ano de 2013, com uma área territorial de aproximadamente 2.432,255 km² e 758 metros de altitude, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

O mapa 1, apresenta a localização do município de Ortigueira, do qual se configura como um dos municípios de maior extensão no Paraná ocupando a terceira posição do estado. Este município tem suas raízes no processo de ocupação por posseiros e grileiros.

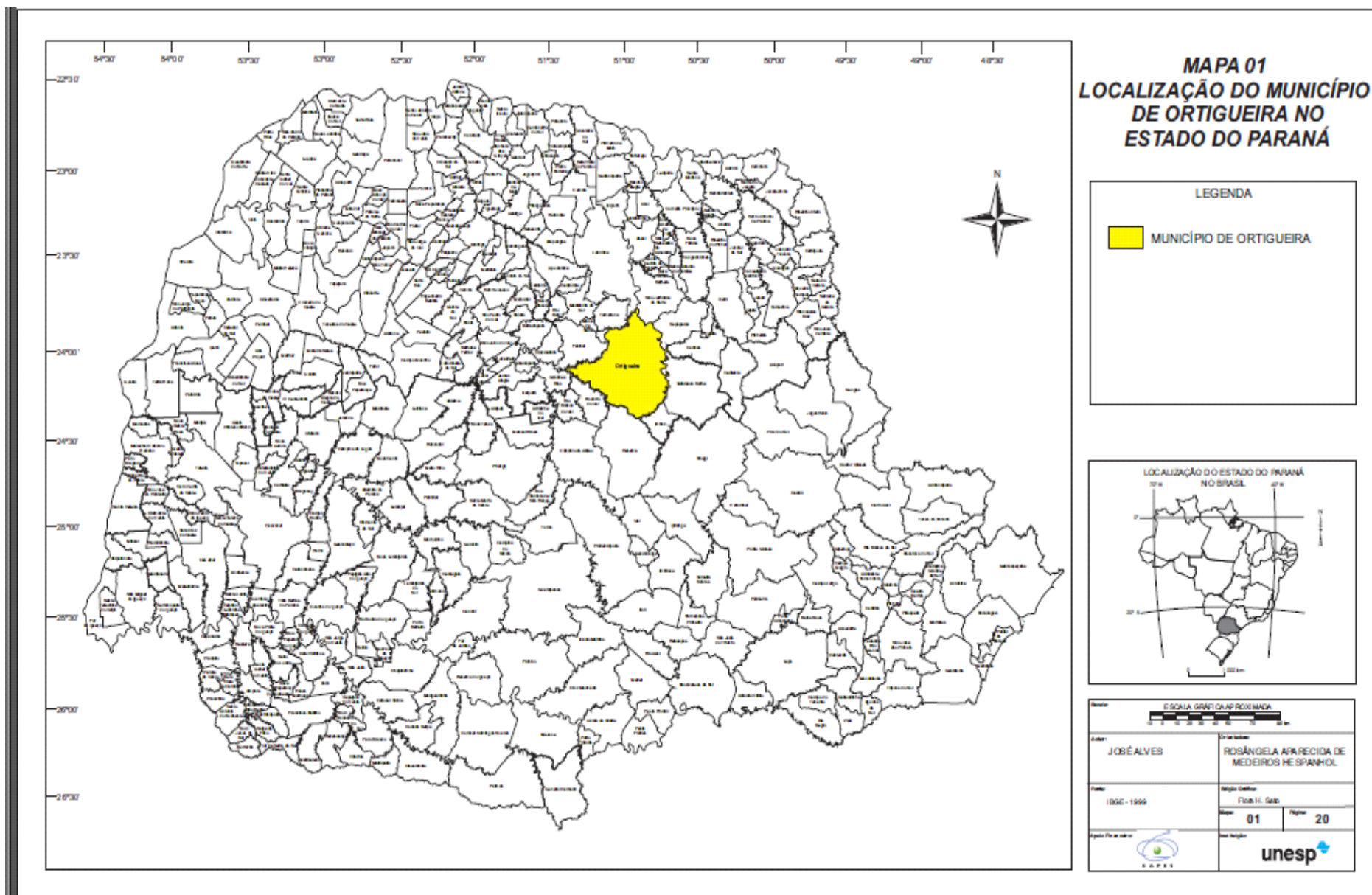
O povoamento de grande parte do município de Tibagi, que por sinal constituía uma área significativa do estado do Paraná, especialmente a noroeste, se formou na sua maioria, pela figuras do chamado “caboclo”, sendo só em parte colonizada por imigrantes europeus. Nesta localidade surgiria o núcleo que daria origem a cidade de Ortigueira, que posteriormente se emanciparia de Tibagi, formando o município de Ortigueira. (ALVES, 2004, p. 56).

Ainda segundo o mesmo autor, este município se iniciou com uma Vila denominada Vila de Queimadas e que fazia parte do município de Tibagi por volta de 1920. Em 1921, a vila começa a se estruturar e é elevada a categoria de Distrito Judiciário.

A frente de expansão formada pelos “caboclos”, constituía-se principalmente pelos safristas, posseiros e grileiros que tinham em Queimadas um ponto de apoio, inclusive para se chegar ao Terceiro Planalto paranaense. Na década de 1920, devido ao tipo de povoamento da área, se esboçava uma lenta organização econômica, estruturada principalmente com a cidade de Tibagi, considerada centro de referência. (ALVES, 2004, p. 60).

Assim, com a ocupação da Vila de Queimadas, o acesso à terra se deu por “caboclos” que a posseavam e, desta ocupação predominaram os latifúndios e terras devolutas, constituindo um povoamento espontâneo e desordenado. (BERNARDES, 1952, p. 69, apud, ALVES, 2004).

Mapa 1



Fonte: Alves, 2004.

Segundo Alves (2004), estes primeiros povos que chegaram ao atual município, muitos iniciaram uma agricultura de subsistência principalmente os que apossavam pequenas áreas, mas aqueles que se apoderavam de áreas mais significativas, não tinham o objetivo de trabalhar e produzir na terra, mas sim transformá-la em reserva de valor para, no futuro, vendê-la como renda capitalizada. Esta prática se dava através dos grileiros, e os conflitos nesta região eram constantes, pois a acumulação de terras por parte deles, se dava tanto pela força, expulsando os posseiros, ou então mantinham os mesmos trabalhando em suas posses e lhe cobravam o foro. Tanto os posseiros como os grileiros tem como uma das primeiras atividades desenvolvidas, a criação de porcos por meio da safra² e da agricultura de subsistência praticada por posseiros.

Assim, a suinocultura foi mantida até a década de 1960 e em menor quantidade até início da década de 1980, já a agricultura de subsistência no modo de produção familiar se manteve até os dias atuais, ou seja, até 2004.

Desta forma, ao entender a forma como se deu a territorialização deste município, percebe-se que as grandes propriedades atuais são heranças do modo como foram ocupadas as terras desta área, pois a disputa de terras que culminou na expropriação de posseiros deu início a uma composição da estrutura fundiária agrária altamente concentradora. Através das tabelas 2 e 3 será possível identificar como se encontra a concentração de terras neste município, bem como as mudanças ocorridas desde a década de 1960 até o Censo Agropecuário de 2006.

² Para entender a criação de porcos por meio de safra, segundo Wachowicz (1987), consistia na derrubada de 20 a 50 alqueires, queimada da mata, plantação de milho, batata doce e abóbora. Quando as culturas estavam chegando a época de colher, o safrista percorria a região comprando os porcos dos sitiantes, Todos eram colocados em mangueirões e soltos quando o milho começava a amarelar.

Tabela 2 **Distribuição das terras por estabelecimentos em Ortigueira 1960-2006**

Grupo de área total (há)	Número de Estabelecimentos													
	1960		1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 10	---	---	2.580	55,5	3.523	59,2	3.182	57,4	3.168	59,8	3.080	53,8	1.634	45,4
10 a menos de 20	---	---	809	17,4	1.116	18,8	1.080	19,5	920	17,4	1.127	19,7	728	20,2
20 a menos de 50	---	---	716	15,4	777	13,0	738	13,4	676	12,7	814	14,3	569	15,8
50 a menos de 100	---	---	281	6,0	262	4,4	246	4,4	215	4,0	272	4,7	181	5,0
Menos de 100	1.387	86,9	4.386	94,3	5.678	95,4	5.246	94,7	4.979	93,9	5.293	92,5	3.112	86,4
100 a menos de 200	---	---	162	3,5	157	2,6	134	2,4	136	2,6	167	2,9	143	3,9
200 a menos de 500	---	---	82	1,8	89	1,6	111	2,0	130	2,4	182	3,2	144	4,0
500 a menos de 1.000	---	---	16	0,3	15	0,2	37	0,7	43	0,8	59	1,0	57	1,5
100 a menos de 1.000	204	12,8	260	5,6	261	4,4	282	5,1	309	5,8	408	7,1	344	9,5
1.000 a menos de 5.000	---	---	5	0,1	12	0,2	11	0,19	11	0,19	20	0,39	20	0,5
5.000 a menos de 13.000	---	---	1	0,0	2	0,0	2	0,01	2	0,01	2	0,01	---	---
1.000 a menos de 13.000	5	0,3	6	0,1	14	0,2	13	0,2	13	0,2	22	0,4	20	0,5
Produtor sem área	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	122	3,6
Total	1.596	100,0	4.652	100,0	5.953	100,0	5.541	100,0	5.301	100,0	5.723	100,0	3.598	100,0

--- Estes dados não constam no Censo

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários do Paraná de 1970 a 2006.

Org: José Alves; 2004, e adaptado pelo autor deste trabalho, 2013.

Tabela 3

Distribuição das terras por área ocupada em Ortigueira 1960-2006

-- Estes dados não constam no Censo

Grupo de área total (há)	Área dos estabelecimentos													
	1960		1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 10	---	---	11.996	8,1	16.745	9,6	14.857	8,1	14.067	7,2	13.474	5,5	5.907	3,0
10 a menos de 20	---	---	11.525	7,8	15.808	9,1	15.289	8,3	13.247	6,8	16.680	6,9	10.870	5,6
20 a menos de 50	---	---	22.370	15,1	24.414	14,0	22.573	12,3	20.902	10,8	24.014	9,9	17.064	8,8
50 a menos de 100	---	---	20.201	13,7	18.832	10,9	17.687	9,6	15.356	7,9	19.190	7,9	12.853	6,6
Menos de 100	33.641	35,4	66.092	44,7	75.799	43,6	70.406	38,3	63.572	32,7	73.358	30,2	46.694	24,2
100 a menos de 200	---	---	22.829	15,6	22.651	13,0	19.213	10,5	19.457	10,0	23.855	9,5	20.979	10,9
200 a menos de 500	---	---	24.956	16,8	26.414	15,2	32.159	17,5	40.143	20,6	55.597	23,0	45.499	23,6
500 a menos de 1.000	---	---	10.761	7,3	10.108	5,8	26.541	14,4	30.623	15,8	39.690	16,5	39.552	20,5
100 a menos de 1.000	46.090	48,3	58.546	39,7	59.173	34,0	77.913	42,4	90.223	46,4	119.142	49,0	106.030	55,1
1.000 a menos de 5.000	---	---	12.191	8,3	22.214	12,8	23.095	12,6	20.366	10,4	30.081	12,4	25.537	13,2
5.000 a menos de 13.000	---	---	10.854	7,3	16.551	9,6	12.316	6,7	20.302	10,5	20.310	8,4	---	---
1.000 a menos de 13.000	15.522	16,3	23.045	15,6	38.765	22,4	35.411	19,3	40.668	20,9	50.391	20,8	25.537	13,2
Produtor sem área	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Total	95.253	100,0	147.682	100,0	173.737	100,0	183.736	100,0	194.469	100,0	242.891	100,0	25.537	100,0

As informações de produtor sem área não constam no Censo, porém o valor total é apresentado como 100%.

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários do Paraná de 1970 a 2006.

Org: José Alves; 2004, e adaptado pelo autor deste trabalho, 2013.

Como se observa na tabela 2, os estabelecimentos com menos de 10 hectares desde 1975 veio decaindo até 2006 com uma diferença de 46,38% numa escala de tempo de 30 anos aproximadamente. Em geral os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares com um total de 1387 em 1960, representado por 86,9% na época, teve seu auge em 1975 com 5.678 representando 95,4% e foi declinando chegando em 2006 com 86,4% do total, ou seja, aproximadamente 54,80% inferior à 30 anos atrás. Mas, continua com maior significado em número de estabelecimentos.

Observando os dados dos estabelecimentos com 100 a 1.000 hectares, o qual em 1960 contava com um total de 204 estabelecimentos representando 12,8%, observa-se um acréscimo nos anos seguintes chegando a 408 na década de 1990, porém com uma porcentagem menor de 7,1% dos estabelecimentos e chegando a 9,5% em 2006.

Em relação aos estabelecimentos por área ocupada de 1.000 a 13.000 hectares, representou em 1960, segundo a tabela 3, 16,3% da área ocupada para apenas 5 unidades, representando apenas 0,3% dos estabelecimentos. Já em 2006 a área destes estabelecimentos possui 13,2% da área ocupada para 0,5%, representando apenas 20 estabelecimentos.

Percebe-se então que as unidades que possuem até 100 hectares mesmo estando em maior número de estabelecimentos representando 86,4% das unidades no censo de 2006, perdem em porcentagem de área ocupada do grupo de estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares, pois em 2006 a área ocupada com até 100 hectares representa 24,2%, enquanto a outra classe ocupava 55,1% da área total ocupada, com uma diferença de 30% a mais para os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares.

A área ocupada pelo grupo de 1.000 a 13.000 hectares teve sua maior concentração de terras no período que resultou no censo de 1975 com 22,4% da área ocupada, e veio declinando para em 2006 possuir 13,2% do total de área. Contudo, esta porcentagem de área que diminuiu neste grupo, 10% aproximadamente foi transferida para o grupo de 100 a 1.000 hectares, que passou de 48,3% em 1960 para 55,1% em 2006.

A partir da análise destes dados, percebe-se que mesmo com a repartição de terras de alguns latifúndios, como é o caso das antigas fazendas que resultaram no Assentamento Libertação Camponesa em 1998, com a criação de mais de 400

estabelecimentos entre 10 e 20 hectares, não possibilitou uma reversão na concentração de terras do município, pois segundo os dados da tabela 3 a área dos estabelecimentos passou de 6,9 em 1996 para 5,6 em 2006, bem como o número de estabelecimentos que passa de 1.727 em 1996 para 628 em 2006, conforme apresentado na tabela 2. O que não altera em nada a problemática da concentração de terras no município.

Se considerarmos que houve uma diminuição do número de estabelecimentos do grupo de 1.000 a 13.000 mil hectares entre 1960 com 16,3% e 2006 com 13,2%, esta porcentagem foi transferida para o grupo das médias propriedades (de 100 a 1.000 hectares), como representado na tabela 3, no qual entre 1960 e 2006 o número destes estabelecimentos vai de 48% para 55,1%.

Contudo, nota-se que a concentração de terras no município de Ortigueira continua extremamente acentuada, pois desde o censo de 1960 até 2006, ocorreu um aumento da porcentagem de área para o grupo de estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares e em contrapartida uma retração de mais de 10% da área do grupo de estabelecimentos de 0 a 100 hectares.

Assim, Ortigueira tem sido nos últimos anos alvo da atuação de movimentos de luta pela terra, como o MST, e, a maioria destas fazendas ocupadas geralmente se reproduz economicamente pela criação de gado, mas em relação a grande quantidade de terras e o reduzido número de cabeças de gado, podem ser consideradas como terras improdutivas que se mantêm como reserva de valor, pois o gado tem a finalidade de apenas demonstrar alguma atividade e “maquiar” que está cumprindo a função social da terra³. Terras que poderiam estar sendo cultivadas com as mais diversas atividades e beneficiando a sociedade como um todo.

Atualmente, a economia de Ortigueira é basicamente agropecuária em decorrência do relevo acidentado e maior facilidade no tratamento das pastagens. O município possui, segundo o IBGE 2012, o maior rebanho de bovino e de bubalinos com 140.150 e 360 cabeças, respectivamente, do Estado do Paraná, e por vários anos foi o maior produtor de mel do Brasil. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA, 2013).

³ Para Oliveira, 2007, conforme a Política Agrícola e Fundiária da Reforma Agrária, a função social da terra é cumprida quando há um aproveitamento racional adequado, utilização dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, exploração com o bem estar do proprietário e dos trabalhadores.

Ortigueira é o município que mais produz mel no estado do Paraná, sendo responsável por 10% da produção do estado. É também o segundo maior produtor de mel do Brasil. Segundo dados do IBGE de 2011, foram produzidos no município 510 toneladas de mel em 2010. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA, 2013).

O município também guarda uma das maiores reservas remanescentes de Mata Atlântica do Paraná. A florada de plantas nativas como assapeixe, capixingui, gabirola, pitanga, lixa, gurucaia, aroeira vermelha, entre outras, garantem a variedade e qualidade do mel da região. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA, 2013).

Com esse cenário, trabalha-se o desenvolvimento econômico e social atrelado ao desenvolvimento rural sustentável. A apicultura passou a ser uma fonte de renda alternativa e complementar para famílias que vivem no interior do município e tiram o sustento da produção rural. O programa APIS, de Apicultura Integrada e Sustentável, envolve a parceria da Prefeitura Municipal com o Sebrae, a Emater e a Apomel (Associação dos Produtores Ortigueirenses de Mel), em busca da sustentabilidade no setor. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA, 2013).

3.1 A Origem do Assentamento Liberação Camponesa

A ocupação original do Assentamento aconteceu por meio das três fazendas denominadas Renato e Ricardo Simões, Transparaná e Santa Paula, ambas conquistadas por meio de conflitos entre posseiros⁴ e safristas⁵ que praticavam a agricultura de subsistência e grileiros que buscavam a aquisição dessas áreas mediante a expulsão destes agricultores. O safrismo desenvolvido por estes agricultores era também praticado em todo o município, sendo caracterizado pelo cultivo de roças de milho cuja produção destinava-se, exclusivamente, à alimentação de porcos criados de forma caipira e que, após período de engorda, eram comercializados em Tibagi. (MARQUES, 2005 p. 31).

⁴ Segundo Oliveira, 2007, Posseiros são aqueles camponeses que se recusando a pagar com renda, abrem a seu modo a posse em terras devolutas, públicas ou mesmo privadas.

⁵ Neste sistema o safrista desenvolvia a exploração mista da terra posseada, cultivando o solo para a produção de milho, concomitante com o cultivo de produtos para a subsistência (a roça), como o arroz e feijão, sendo que quando estivesse perto da colheita os porcos (corte magro) eram soltos na roça, lá ficando até engordarem e se obter o porco tipo banha. (ALVES, 2004, p.64)

Após o processo de grilagem⁶ a principal atividade desenvolvida nestas terras foi à pecuária e para tal o desmatamento definitivo da área foi condição essencial para a formação de pastagem o que ocorreu mediante parceria envolvendo o proprietário e agricultores arrendatários, via mão de obra familiar. Assim o fazendeiro cedia uma parcela de terras ao arrendatário para o cultivo de grãos, sendo parte da produção obtida pelos agricultores, destinada ao pagamento pela utilização das terras.

Em sua forma menos desenvolvida, ou seja, pré-capitalista (porque ela teve existência anterior ao modo capitalista de produção), ela é diretamente produto excedente, por exemplo, é a fração da produção entregue pelo parceiro ao proprietário da terra, como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar a terra. Portanto, produto excedente é a parcela da produção além da parte necessária é subsistência do trabalhador. (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Dessa maneira, se estabelecia as relações de trabalho nestas terras, além de outras exigências por parte do fazendeiro para estes arrendatários no fim do período do arrendamento.

Após o término do contrato que se estendia por um período de três a quatro anos o arrendatário se comprometia iniciar o plantio de gramíneas ao desocupar a terra, sendo tarefa obrigatória, pois caso contrário o arrendatário poderia pagar multas por não cumprir o acordo.

No início da década de 1980, a área que compunha a RR apresentava considerável conjunto de benfeitorias destacando-se a presença de um silo graneleiro, além de Serraria e Cozinhador, destinados ao beneficiamento de madeiras extraídas do desmatamento local ou provenientes de outros estados, principalmente do Mato Grosso do Sul. Tal matéria prima foi amplamente utilizada no piqueteamento e delimitação da fazenda. (MARQUES, 2005, p.33).

Contudo, segundo informações obtidas com os próprios assentados, o fazendeiro se encontrava endividado e sem perspectivas para continuar tocando a fazenda, em razão do seu estado de abandono em que se encontrava no momento que iniciou o processo de acampamento.

Nenhuma outra atividade era exercida além de algumas cabeças de gado espalhadas em toda a área que compunha a fazenda, as mangueiras de tratamento de gado se encontravam em péssimo estado, com a madeira apodrecendo e destelhadas, o barracão para armazenamento e secagem dos grãos abandonado e

⁶ Já a grilagem segundo o Dicionário online de Português é o ato de apossar de terras mediante falsos títulos de propriedade.

sem utilização, não havia estradas e o deslocamento somente era possível pelas pessoas através de animais por estreitos carregadores na mata fechada.

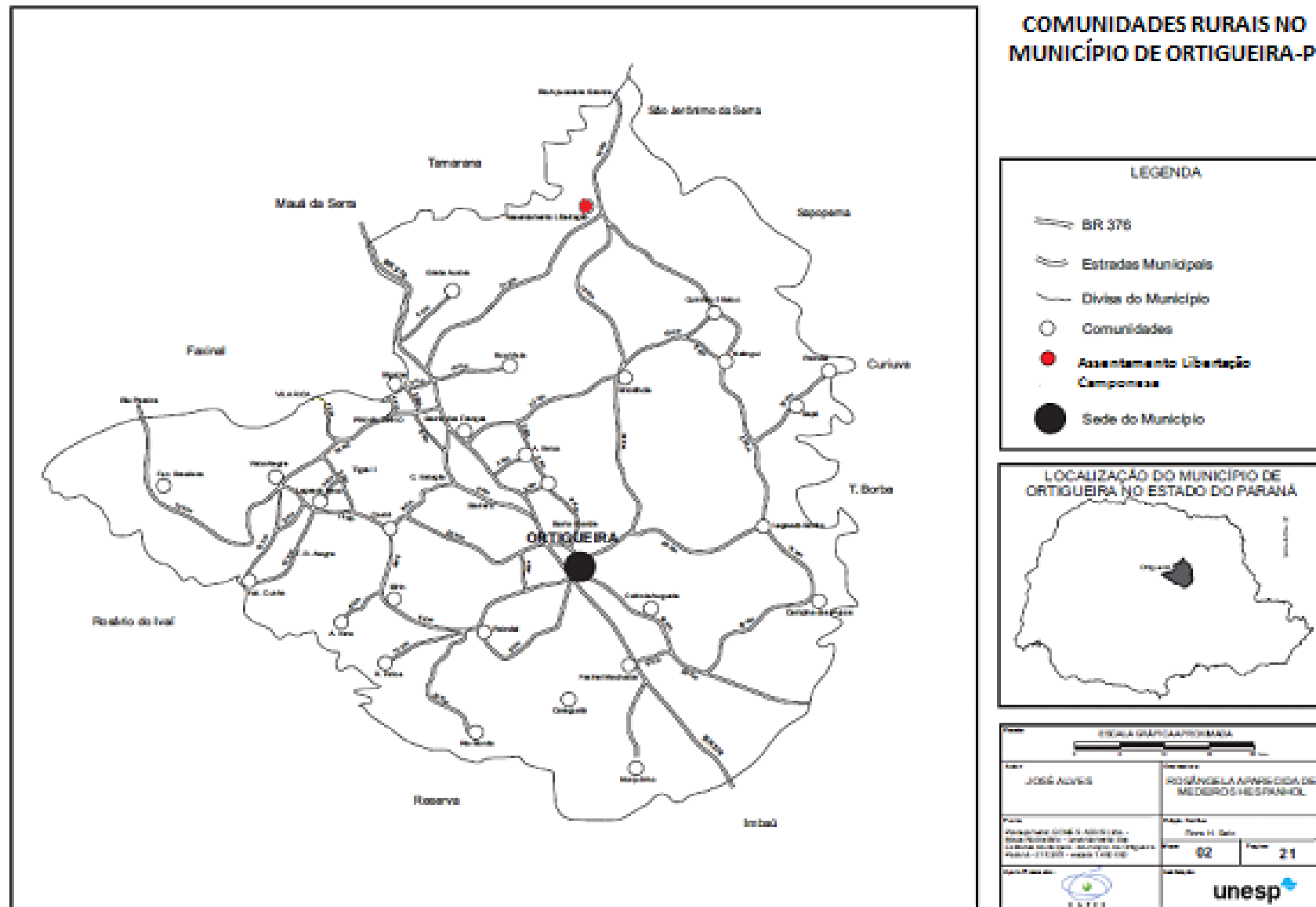
Não há muitas informações a respeito sobre as iniciativas de negociação desta fazenda, se foram por parte da ocupação do MST, ou do INCRA ou até mesmo do próprio fazendeiro. O que se sabe segundo alguns assentados, é que não ocorreu resistência ao movimento, pois quando acamparam nestas terras o boato era de que já estavam negociadas.

O mapa 2, apresenta os assentamentos e comunidades do município de Ortigueira. O acampamento foi formado em 1997 na antiga fazenda Renato e Ricardo Simões, sendo mais conhecida como fazenda “RR”, com uma área de 6.927,52 hectares que foram divididas para 170 famílias. (MARQUES, 2005).

Houve então uma segunda fase de formação do assentamento quando foram desapropriadas as fazendas de Santa Paula e Transparaná com mais 242 famílias assentadas numa área de 4.872,48 hectares. No entanto com relação a esta fase houve dificuldades de informações, pois o Plano de assentamento da fazenda “RR” é o único documento referente ao assentamento. (MARQUES, 2005).

Assim estas duas fases de distribuição de terras resultaram na formação do Assentamento Libertação Camponesa.

Mapa 2



Fonte: José Alves; 2004, e adaptado pelo autor deste trabalho, 2013.

3. 2 Formas de Ocupação – Fase do Acampamento

O acampamento iniciou sua primeira fase entre novembro e dezembro de 1997, no interior da antiga fazenda Ricardo e Renato Simões nas proximidades da sede da fazenda. Esta área infraestrutura do local, em relação às colônias⁷ no qual moravam antigos funcionários da fazenda além de um barracão onde funcionava o processo de secagem e armazenamento de grãos no período da produção. Os acampados aproveitaram sua estrutura para se acomodarem melhor durante o período de luta pela conquista dessas terras.

O acampamento foi organizado pelo MST com famílias oriundas das diversas regiões do país, no qual se destaca uma parcela do nordeste especialmente do estado da Bahia, outras do interior de São Paulo principalmente dos municípios de Matão e Araraquara, outras vieram do sudoeste do Paraná principalmente dos municípios de Realeza, Capanema e cidades vizinhas. Muitas outras famílias também foram incluídas neste processo, como os antigos funcionários destas fazendas que tiveram direito em conseguir seu lote. Outras eram filhos de famílias de assentamentos vizinhos como é o caso do Assentamento Água da Prata, mais popularmente denominado de Incrão localizado no município de Tamarana.

A maioria das famílias que veio do interior de São Paulo e sudoeste do Paraná, soube do acampamento através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Matão, que em conjunto com o MST reuniam pessoas para o acampamento. Contudo, estas famílias não vieram diretamente para Ortigueira na antiga RR, pois estavam acampadas na fazenda Ingá em Bela Vista do Paraíso. Segundo relato dos que participaram deste acampamento, o local chegou a reunir cerca de três mil famílias.

A organização do MST no acampamento se dava com a divisão de grupos que variavam entre 10 a 15 famílias, cada grupo tinha seu coordenador e havia outro geral que comandava o acampamento junto com outros integrantes do MST. Cada coordenador dos grupos convocava reuniões para repassar informações novas em relação aos lotes ou para a resolução de algum problema sobre o convívio das famílias, quando o assunto era mais complexo, ou um problema muito

⁷ O termo colônias se refere a um grupo de casas de mesmo padrão que foram construídas na época da fazenda, com o objetivo de hospedar trabalhadores temporários e moradias para funcionários.

grande, todos eram convocados em reuniões gerais, no qual o líder geral comandava as reuniões.

Por meio de depoimento de familiares, as reuniões geralmente eram muito agitadas e iniciadas com muito entusiasmo, no qual o líder gritava a sigla. “MST”, e todos respondiam “Essa luta é prá valer”, “Reforma Agrária” e todos diziam novamente “Uma luta de todos”, logo todos diziam num coro “Ocupar, Resistir, Produzir”. Após o término da reunião eram repetidas estas mesmas frases para finalizar e todos poderiam se retirar.

O movimento também punia com muita severidade aqueles que cometiam algum delito no acampamento; quando este era muito grave a punição chegava a ser a expulsão do indivíduo; o roubo, por exemplo, era um delito que desde que provado o crime, era passível de expulsão. Quanto a outros delitos como beber, desrespeitar algum líder do movimento ou de qualquer outro acampado, este era chamado para conversar primeiramente com o coordenador grupal e se não fosse resolvido o problema era levado para a coordenação geral em que decidiam como resolver o problema.

No que diz respeito a alimentação, cada família recebia uma cesta mensal do governo através do INCRA, composta por: macarrão, arroz, feijão, óleo e farinha de milho; o restante da feira deveria ser complementada pelos acampados, trabalhando fora, geralmente por dia, nas fazendas vizinhas. A situação só foi menos dificultosa para aqueles que recebiam o benefício da aposentadoria, e, mesmo sendo uma pequena quantia fazia a diferença dentre aqueles que eram obrigados a procurar trabalho escasso na região, além de que este benefício não foi problema para os que desejavam possuir um lote, já que alguns dos entrevistados já estavam aposentados no momento da distribuição dos lotes.

Aqueles que saíam para trabalhar nos assentamentos ou fazendas vizinhas eram obrigados a caminhar cerca de 10 à 20 quilômetros passavam a semana trabalhando por dia ou por empreita roçando pastos ou colhendo café, e retornavam nos fins de semana. Quando a distância era menor, muitos iam e voltavam todos os dias para o acampamento.

Em relação ao deslocamento para a cidade, circulavam dois ônibus de particulares, que transportavam para as cidades de Tamarana, sendo 35 km de distância deste município até o assentamento, de segunda a sábado, uma vez por dia, e para Ortigueira, três vezes por semana, devido à longa distância, ou seja, 64

km, e más condições das estradas o que tornava o valor da passagem mais caro. Por este motivo, desde o processo da fase do acampamento as relações comerciais e sociais dos assentados com Tamarana foi sempre mais forte do que com Ortigueira.

Para ocupar o tempo no acampamento aconteciam algumas atividades como jogar futebol e aos domingos tomar banho no rio, ou até mesmo conversas descontraídas nos barracos, muitos tomando café e outros chimarrão entre os que vieram do Sul do estado.

O processo de acampamento na antiga fazenda RR durou um ano e três meses e durante a distribuição dos lotes cada grupo foi para uma área da fazenda que foram denominadas conforme as características físicas e históricas do local.

3.3 A Organização do MST no Assentamento

Assim como no acampamento, o MST continuou com a mesma forma de organização no Assentamento; as famílias continuaram divididas em grupos e cada comunidade era composta por dois ou três grupos dependendo da quantidade de famílias. Cada grupo tinha seu coordenador que era responsável por resolver os problemas e trazer informações para a comunidade. Sendo assim, a organização do assentamento se deu, nesta época, de forma integrada.

O primeiro benefício recebido pelos assentados foi a assistência técnica vinculada ao MST. Contudo, este apoio técnico se restringiu apenas às necessidades de elaboração de projetos para obtenção dos benefícios existentes; fora este período, não houve, segundo relato dos assentados, acompanhamento e assistência técnica no Assentamento.

Em síntese, a organização do movimento após a formação do Assentamento se restringiu, em conjunto com o INCRA na divisão e distribuição dos lotes, suporte na organização e regularização dos documentos exigidos na retirada dos benefícios.

Porém, sua interferência no assentamento durou pouco tempo, pois começou a se desestabilizar por volta do ano de 2002, devido a atitudes dos líderes que não foram bem vistos pelos assentados. Dentre estas atitudes cita-se à ocupação de lotes de pessoas já assentadas de forma violenta, e por motivos considerados irrelevantes.

Numa destas ocasiões em que um dos assentados contrariando as regras/ideologias do movimento, vendeu seu lote, e mesmo não sendo o primeiro a realizar tal atitude no assentamento, poucos dias depois teve o lote invadido por um grupo de assentados, dentre eles alguns coordenadores do MST. Na mesma noite compareceu um dos quais expressou opinião contrária aquela invasão. Este mesmo foi baleado no local (lote invadido), e sobrevivendo ao ocorrido, alguns dias depois toda a sua família foi expulsa do assentamento (pai e irmãos), também titulares de lotes no assentamento.

Estas famílias partiram levando a roupa do corpo deixando todos seus pertences, tais como móveis de casa, animais e plantações na propriedade.

Além destes lotes, muitos assentados de outras comunidades foram colocados na lista do movimento para uma futura ocupação, (a lista que tanto comentavam); o objetivo era causar medo aos assentados para que não desafiassem as decisões tomadas pelos líderes do movimento, pois mesmo não acontecendo estas expropriações de certa forma causaram muito temor e aversão dos assentados frente às medidas praticadas no assentamento pelo movimento.

Diante disso, os assentados mesmo conscientes de que o MST foi fundamental para assegurar a conquista do lote, passaram a se afastar do movimento. A primeira estratégia ocorreu com a criação de associações com a finalidade exercer a mesma função do movimento em relação aos benefícios governamentais, pois até então, somente era possível a obtenção dos benefícios governamentais através do movimento, mas no momento em que as associações criadas possuíam a mesma capacidade de regularizar documentações para o acesso a estes benefícios, muitos assentados se viram livres da interferência do MST.

Gradativamente, o MST foi perdendo sua força, já que a maioria dos assentados deixou de apoiá-lo, mais da metade dos que compunham as lideranças na época, repassaram os direitos ou trocaram seus lotes com beneficiários de outros assentamentos, e o restante já não mantém vínculo com o movimento.

Na pesquisa em campo, verificou-se claramente que o Movimento não apresenta mais interferência no assentamento, pois nenhum dos proprietários entrevistados possui vínculo com o MST, e, aqueles que possuem um maior entendimento da política deste movimento acreditam em sua eficácia na luta pela

conquista da terra. Só não concordam com as medidas que foram tomadas no assentamento após sua formação.

Outros assentados já não partilham desta mesma opinião, principalmente entre aqueles que adquiriram a propriedade mediante a compra; responderam enfaticamente durante a pesquisa que são contra a atuação do movimento, em decorrência da “baderna” que promovem durante sua atuação na ocupação de fazendas, através de quebradeiras e matança de gado dos fazendeiros, provocando muita destruição na propriedade alheia.

Existem ainda muitos assentados em outras comunidades, que foram líderes na época da atuação do Movimento no Assentamento, são os poucos que sobraram, já que em sua maioria venderam ou trocaram suas propriedades em outros assentamentos. Porém, não existe nenhuma relação efetiva do Movimentos com estes antigos líderes e nem interferência política deles no assentamento.

3.4 Assentamento Libertação Camponesa: Organização e Infra-estrutura

A demarcação definitiva dos lotes só ocorreu por meio do INCRA no ano 2000. Foram contempladas 412 famílias divididas em 8 comunidades.

As comunidades foram formadas aproveitando a organização pré- existente no período do acampamento, que eram constituídas por moradores da mesma procedência anterior na fase de acampamento, ou seja, cada uma delas agrupavam famílias que vieram da mesma região. Assim, muitas famílias vizinhas dos lotes se conhecem desde muito antes do acampamento, muitas vezes possuindo os mesmos hábitos e culturas. Estas comunidades apresentadas mais detalhadamente daqui por diante, foram denominadas de acordo com a atividade exercida na época em que a área pertencia às antigas fazendas.

1) A comunidade da Sede como se observa na foto 1, é o local onde se encontra a antiga casa do fazendeiro e também as colônias com casas próximas as outras, algumas de madeira e outras de alvenaria, onde moravam os antigos funcionários da fazenda, além de uma capela, espaços de festa, campo de futebol que atualmente são utilizados como área de lazer pelos assentados. Pela imagem 1 é possível identificar, os espaços de lazer concentrados próximo a antiga casa do fazendeiro, assim como as estradas que dão acesso ao restante do Assentamento.

Imagem 1

Vista parcial do Assentamento Libertação Camponesa



Fonte: Google Earth, 2013.

Foto 1

Posto de saúde Libertação Camponesa



Fonte: Trabalho de Campo.

Foto: autora, 2013.

Na foto 1 tem-se o Posto de Saúde do Assentamento, localizado na comunidade Sede. Atende a todos os moradores do assentamento, com um médico

oferecendo atendimento a cada 15 dias, fornecendo remédios de uso mais comum, e em caso de enfermidades mais sérias são encaminhados para a cidade de Ortigueira e em casos mais extremos até mesmo para Ponta Grossa e Curitiba. Existe ainda um carro destinado à saúde, permanecendo de plantão no assentamento, para em casos de urgência, fazer o transporte do indivíduo doente imediatamente até a unidade de atendimento.

Recentemente foi construída no assentamento, (inaugurada em 2012) a Escola Estadual “Izaias Rafael da Silva” de ensino fundamental e médio comportando cerca de 400 alunos, sendo considerado um dos maiores colégios rurais da América Latina. Foram colocados quatro ônibus e duas kombis para o transporte escolar dos alunos. Na foto 2 se visualiza a vista aérea do colégio, também localizado na comunidade Sede. A foto 3 ilustra a vista parcial da área de recreação do colégio.

Imagem 2

Colégio Izaias Rafael da Silva



Fonte: imagens aéreas Google Earth, 2012.

Foto 2**Área de recreação do Colégio Izaias Rafael da Silva**

Fonte: Trabalho de Campo.

Foto: autora, 2013.

A escola tem oferecido cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) que vão desde o ensino fundamental até o ensino médio, beneficiando muitos moradores do assentamento desprovidos de escolarização. Além disso, tem proporcionado alguns postos de emprego para moradores do assentamento e estimulando outros para a conclusão de cursos superiores, principalmente nas disciplinas de licenciatura, visando no futuro se empregar como professores nesta instituição de ensino. Assim, a prefeitura de Ortigueira tem disponibilizado o transporte destes estudantes para os municípios de Apucarana, e Jandaia do Sul, no qual alguns alunos estudam na modalidade Estudo a Distância (EaD) e outros presenciais.

Existem ainda no assentamento, outro meio de transporte disponibilizado pela prefeitura de Ortigueira, para transportar pessoas portadoras de deficiência para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), deste município. O transporte é feito todos os dias da semana, exceto nos dias de muita chuva, em razão da precariedade das estradas do assentamento.

2) A comunidade da Mangueira conforme a foto 6, se refere ao local onde existia a principal mangueira da fazenda para abrigo e tratamento de animais.

3) Já a denominação da comunidade, “As duas casinhas”, foram usadas como ponto de referência daquela localidade, conforme a foto 3, na época também foram utilizadas para moradia de funcionários, e, durante algum tempo, no período da implantação do assentamento serviu como escola para o ensino fundamental anos iniciais.

4) As comunidades Transparaná (Imagem 3), e Santa Paula (Imagem 4), são denominações de quando eram fazendas, anterior ao processo de Assentamento.

5) A comunidade Campanini conforme (Imagem 5), se refere à área de uma fazenda anterior à implantação do assentamento, que foi incorporada (mediante compra), pelos proprietários da fazenda RR.

6) A comunidade Alto da Serra, (Imagem 5), foi denominada pela ocorrência de relevo extremamente acidentado com presença remanescente de araucárias, (MARQUES, 2005).

7) Água Branca, (Imagem 5), recebeu tal denominação como referência aos aspectos naturais, como é o caso do Córrego Água Branca.

8) A comunidade do Cozinhador como pode-se observar na Imagem 4, refere ao local onde houve o tratamento de madeira para a construção de cercas da fazenda, mas tal estrutura não fazem parte da paisagem atual desta comunidade. As estruturas que ainda existem da época da antiga fazenda são a mangueira, usada para o tratamento dos animais, assim como a Colônia dos antigos funcionários da fazenda, usada como moradia de filhos de assentados que constituíram famílias após a formação do Assentamento, e também para funcionários do Posto de Saúde e da Escola. Existe também, um barracão do qual não se sabe qual sua utilização no passado, mas que atualmente é utilizado para as reuniões e almoços promovidos pela associação desta comunidade.

Foto 3

Colônia da Comunidade Cozinhador



Fonte: Trabalho de campo.

Foto: autora, 2012.

Imagem 3 Vista aérea das Comunidades Mangueira, Duas Casinhas e Transparaná



Fonte: Google Earth, 2012.

Imagem 4 Vista aérea das Comunidades Santa Paula, Cozinhador e Sede



Fonte: Google Earth, 2012.

Imagem 5 Vista aérea das comunidades Alto da Serra, Campanini e Água Branca



Fonte: imagens aéreas Google Earth, 2012.

As comunidades apresentadas nas imagens 3, 4 e 5, compõem o Assentamento Libertação Camponesa, no qual o rio Apucarana corta toda a extensão da área do Assentamento, assim como os demais córregos de menor extensão. Pode-se observar também o relevo bastante acidentado em todas as comunidades com a presença de muitos morros, assim como diversas Áreas de Preservação Permanente (APP).

As estradas visualizadas são as que dão acesso às comunidades e aos lotes dos assentados, todas sem pavimentação, sendo muitas vezes um problema o deslocamento no período das chuvas. São diversos os tipos de lavouras cultivadas no Assentamento, porém, pelas fotos percebe-se a predominância das áreas de pastagens principalmente onde o relevo é mais movimentado.

4. COMUNIDADE COZINHADOR: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A comunidade de Cozinhador é composta por 37 lotes dentre os quais foram entrevistados na pesquisa de campo 25 assentados.

Através do relato dos assentados durante a pesquisa de campo, as maiores dificuldades encontradas no início do assentamento foram ausência de recursos para produção frente o retardamento dos benefícios governamentais, para compra de insumos e instrumentos agrícolas, além de outros investimentos como compra de cabeças de gado e cercamento das propriedades.

A imagem 6 apresenta a comunidade Cozinhador, sendo delimitada pelo rio Apucarana que corta praticamente toda extensão do Assentamento

Imagem 6

Vista parcial da Comunidade Cozinhador



Fonte: Imagens Google Earth, 2013.

Sua localização, delimitada pelo principal rio que atravessa o assentamento, o rio Apucarana, faz com que os únicos dois acessos desta comunidade para os municípios de Ortigueira e Tamarana sejam realizados com a travessia por estes rios. Na época, durante parte da fase de acampamento e logo após a implantação

do assentamento não existia ponte nestas duas saídas, deixando os moradores desta comunidade ilhados no período das chuvas e durante o período das secas os moradores faziam esta travessia com passagens improvisadas por meio de troncos de árvores e arames. Contudo, no período das chuvas estes acessos eram carregados pela correnteza tornando dificultosa a travessia dos assentados. A situação foi tão complicada chegando a causar três mortes de moradores desta comunidade que durante a travessia no rio acabaram sendo levados pela correnteza, no período anterior a construção das pontes.

Além do rio Apucarana, existem diversos córregos, ribeirões e nascentes que em muitos casos foram usados para delimitar os lotes. O relevo fortemente ondulado é predominante no assentamento, além da existência de muitas áreas de preservação permanente principalmente nas proximidades de rios. Mesmo assim, é possível o plantio de lavouras, onde o relevo permite, e, nos locais mais ondulados é mais propício para a criação de gado.

Na foto 4, vê-se o Rio Apucarana, no local onde não havia ponte até o ano de 2002 quando foi construída com recursos do governo estadual, possibilitando o acesso do Cozinhador ao restante do Assentamento, assim como para o município de Ortigueira.

Foto 4 Ponte de Concreto do Rio Apucarana



Fonte: Trabalho de Campo.

Foto: autora, 2013.

Estas dificuldades foram muito maiores, principalmente para os alunos que freqüentavam a escola no distrito de Briolândia, localizado a aproximadamente vinte quilômetros do assentamento. Eram obrigados a atravessar o rio de madrugada em travessias improvisadas, feitas com toras de madeira e arames pelos próprios

moradores da comunidade para as pessoas se equilibrarem. Contudo, no período das chuvas todas estas travessias improvisadas eram carregadas pela correnteza das águas, obrigando a passar semanas sem comparecer a escola, e os moradores ficavam impedidos de se deslocar para outros locais do assentamento.

Problemas de infra-estrutura, comunicação, moradia, transporte e locomoção através de péssimas estradas; moradias desconfortáveis, além de outros problemas fizeram parte da vida de muitos assentados por mais de três anos.

Em relação à saúde, as dificuldades não apresentaram menores proporções. A proximidade do Assentamento Libertação Camponesa com o assentamento Água da Prata no município de Tamarana, fizeram com que muitas famílias procurassem neste município amparo em relação à saúde; muitas delas até transferiram seus títulos a fim de facilitar o atendimento de sua família no posto de saúde, e, até mesmo no hospital de Tamarana. Assim, muitas gestantes andavam cerca de 10 quilômetros, a cavalo, para serem atendidas, atravessando rio e correndo sérios riscos tanto para a saúde da mãe quanto do bebê.

Hoje nas duas estradas principais da Comunidade Cozinhador que dão acesso para os municípios de Tamarana e Ortigueira, contam com pontes construídas, uma delas, com verbas do governo do estado, já a segunda ilustrada na foto 5, (Principal acesso da Comunidade Cozinhador para o Assentamento Água da Prata e o município de Tamarana) em data recente, 2011, com recursos e mão de obra dos próprios moradores do assentamento.

Foto 5

Ponte construída em 2011 pelos Assentados da Comunidade Cozinhador



Fonte: Trabalho de Campo.

Foto: autora, 2013.

4.1 Perfil dos assentados da Comunidade Cozinhador

Nesta comunidade existem traços que os diferenciam das outras comunidades, principalmente com relação à procedência das famílias que permaneceram juntas desde a fase do acampamento. Estas famílias são oriundas principalmente, do nordeste, do interior de São Paulo e do sudoeste do Paraná. Nas tabelas 4 e 5, pode-se observar o local de nascimento, assim como a procedência dos chefes de famílias assentadas antes de participarem do processo de implantação do acampamento. O estado do Paraná representa uma maior porcentagem, ou seja, 60% das famílias. Contudo, 52% são pessoas que adquiriram o lote mediante a “compra” e não participaram da fase do acampamento. Os dois outros estados como Bahia e São Paulo em relação procedência, são de moradores que participaram do acampamento e do processo de assentamento.

Tabela 4

Local de nascimento dos chefes de famílias entrevistadas

Naturalidade	N°	%
Bahia	1	4
Minas Gerais	4	16
São Paulo	3	12
Paraná	17	68
Total	25	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Tabela 5

Local de procedência dos chefes de família anterior ao Assentamento

Procedência antes do assentamento	N°	%
Bahia	7	28
Minas Gerais	0	0
São Paulo	3	12
Paraná	15	60
Total	25	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Assim, esta comunidade obteve um aumento da porcentagem de proprietários que nasceram e tem sua origem, anterior ao assentamento, no estado do Paraná. Devido à venda (repasso) dos lotes dos primeiros assentados a terceiros, permitindo que pessoas do próprio estado do Paraná tivessem acesso a essas terras. Caso não houvesse ocorrido esta prática, as áreas de procedência dos assentados estariam bem mais distribuídas entre os outros Estados.

Mesmo assim, nota-se na tabela 5, que 28% dos entrevistados desta comunidade vieram do estado da Bahia, sendo todos de uma mesma região deste

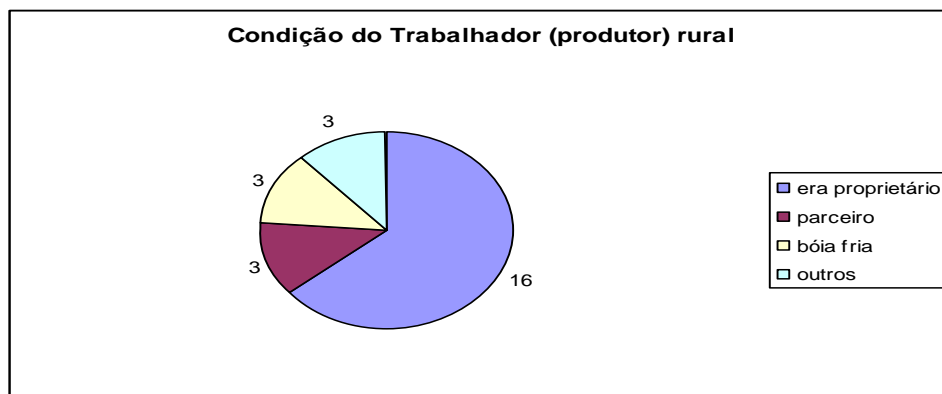
estado. Isto ocorreu porque um morador do estado da Bahia, ao viajar para o Estado de São Paulo especificamente para o município de Matão, participou de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desta cidade que incentivavam muitas famílias a irem para esta região do Paraná, e assim conquistar um lote de terras via MST. O respectivo morador trouxe consigo três filhos para tentar assegurar um lote, e, retornando para a Bahia a passeio levou a notícia da promessa destas terras, ocasionando a vinda de mais cinco famílias desta mesma área (município de Serra do Ramalho-BA), para o acampamento.

Dos 12% que vieram do Estado de São Paulo, também são da mesma região, (cidade de Matão-SP), pois participaram das mesmas reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O número dos que vieram destas regiões específicas só não são maiores em decorrência das famílias que venderam os seus direitos do lote.

Segundo a pesquisa de campo, 88% dos/as chefes de famílias entrevistados, nasceram na área rural, enquanto apenas 12% nasceram em área urbana. Mesmo com 12% nascidos na área urbana, apenas 8% eram desprovidos de experiência no trabalho rural antes de chegarem ao assentamento.

Assim, 92% dos entrevistados já possuíam experiência no campo, seja na pecuária, no cultivo de lavouras, sendo proprietários, filhos de proprietários, parceiros e/ou outros. Muitos deles até tentaram viver nas cidades durante uma temporada, mas decidiram que a vida no campo poderia ser mais compatível com os costumes e experiências vividas. O gráfico 3, apresenta a condição de trabalho daqueles que moraram na área rural.

Gráfico 3



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Muitos que participaram do acampamento e conquistaram os lotes, 16 (64%) foram donos de uma propriedade rural ou eram filhos de proprietários. Dentre os assentados que possuíam uma propriedade rural (documentados no próprio nome),

anterior a implantação do assentamento, são famílias que vieram do estado da Bahia. Levando em consideração as políticas do MST, em que uma das condições para conquistar um lote, deve ser um indivíduo desprovido de terras, (propriedades rurais), a justificativa dos ex- proprietários assentados deve-se ao fato de que suas propriedades estavam localizadas em regiões secas, com terras improdutivas. Sendo assim, estas justificativas foram suficientes para garantir um lote no assentamento.

4.2 Repasses de lotes no Assentamento

Muitas das famílias entrevistadas (52%), não participaram do processo de implantação do assentamento e o repasse dos lotes tornou-se cada vez mais comum no Assentamento. Sendo assim, restam nesta comunidade 48% das famílias que estão no Assentamento desde o início de sua implantação e que participaram do acampamento. Este processo tornou-se comum após a ausência da influência do MST no assentamento, pois o movimento sempre coibiu esta prática de repasse de direito de lotes mediante a comercialização.

Nestes aspectos, o INCRA apresentou a Resolução/INCRA/CD nº 09, de 17 de maio de 2012, a Instrução Normativa/INCRA/Nº71, de 17/05/2012 o qual “normatiza as ações e medidas a serem adotadas pelo INCRA nos casos de constatação de irregularidades em projetos de assentamento de reforma agrária” no qual o Art. 19 diz que,

Quando houver indícios de que beneficiários da reforma agrária esteja atuando como intermediário na negociação indevida de parcelas, ou cometendo outras irregularidades relacionadas ao programa, o Superintendente Regional, de ofício ou mediante provocação, determinará a instauração de procedimento previsto no art. 11 desta norma.

Art. 11 Em caso de irregularidades que não impliquem rescisão contratual ou invalidação do título, o beneficiário deverá ser sobre estas, advertido, fixando-se lhe prazos para saná-las.

§ 1º Em caso de descumprimento do prazo a ser estipulado na forma do caput ou de reiteração na prática de irregularidades pelo beneficiário, deverá ser instaurado procedimento administrativo; nos termos desta Subseção, visando a rescisão contratual ou invalidação do título e conseqüente retomada da parcela.

§ 2º Enquanto não regularizada sua situação, o beneficiário não poderá receber quaisquer créditos ou outros benefícios da reforma agrária.

Art. 20 As ocupações decorrentes desta compra e venda de áreas de Reforma Agrária, não suscetíveis de regularização, serão comunicadas ao Ministério Público Federal. (INCRA - Instrução Normativa, 2012).

Desta forma, os casos de repasse de lotes no assentamento mesmo que em processo lento vem sendo, em sua maioria, regularizados pelo INCRA, mesmo que este órgão governamental nunca estivesse de acordo com esta prática no Assentamento.

Muitos dos que “venderam” o direito do lote no assentamento, fizeram de acordo com inúmeras justificativas tais como: fixar moradia próximo a parentes doentes, ou voltar para o lugar de procedência anterior ao assentamento junto aos familiares, ou até mesmo com a convicção de que a situação financeira poderia melhorar fixando moradia fora do assentamento.

Os preços destes lotes comercializados variam muito em cada caso, a exemplo de um deles, vendido no ano de 2002, por 15 mil reais, já em 2006 estava em 80 mil reais, contudo, no ano de 2009, houve lotes vendidos por aproximadamente 40 mil reais, ou seja, os preços não seguem um acréscimo cronológico, pois dependem do valor que cada assentado atribui ao seu lote, além da urgência de cada um em se desfazer do mesmo por problemas familiares ou em decorrência de outros fatores.

Grande parte dos assentados “compradores” de lotes de terceiros já conheciam o assentamento, seja através de conhecidos ou familiares assentados. Dentre os lotes comercializados, alguns foram comprados logo após a implantação do assentamento.

Para ocorrer este processo de transferência faz-se necessário a presença da Associação em que o assentado se encontra vinculado e do INCRA. Cada assentado que almeja vender seu lote procura a associação, apresenta as justificativas pelos quais pretende vender o lote tais como: problemas de família como doenças, e outros problemas. Neste processo o comprador é apresentado à comunidade, sendo elaborada pela associação uma ata que funciona como um termo de consentimento dos assentados à entrada de um novo morador.

Neste processo o INCRA se faz necessário em conjunto com a associação para a regularização da documentação destes lotes.

Contudo, nem sempre acontece desta forma, pois muitos lotes são vendidos sem a avaliação da comunidade, e em decorrência disto encontram problemas na regularização da documentação. Este fato dificulta o acesso aos financiamentos de custeio de produção ou para obter quaisquer outros benefícios à fundo perdido. Em relação a estes lotes com problemas na documentação perante o INCRA, este adota

alguma providência, e em casos extremos pode ocorrer até a substituição da família que se encontra na propriedade.

Dos novos moradores que adquiriram o direito à propriedade mediante o pagamento, todos já trabalhavam na área rural, mesmo que somente por algum tempo; geralmente são filhos de proprietários de lotes em assentamentos vizinhos, ou sítiantes dos municípios vizinhos como Apucarana, Faxinal, antigos moradores de Londrina, Tamarana e até mesmo de outras regiões do município de Ortigueira. Em sua maioria sobreviviam da produção de leite, exercendo a mesma atividade no assentamento.

Dos lotes 13 lotes “vendidos” na comunidade Cozinhador, segundo as entrevistas feitas com 25 famílias, 10 já foram regularizados pelo INCRA e 03 se encontram com problemas na documentação, aguardando a regularização.

Dos entrevistados, 88% estão associados à Associação de Desenvolvimento Agropecuário da Libertação Camponesa (ADALC). Os outros 13% estão associados em outras existentes no Assentamento, pois cada comunidade tem sua própria associação. Assim, aqueles que não estão satisfeitos com a associação de sua comunidade migram para outra.

Segundo a opinião dos entrevistados, a associação não tem proporcionado grandes benefícios além da regularização da documentação de proprietários que “compraram” lotes no assentamento. Assim justificam o fato de serem associados, para estarem preparados quando necessitarem de algum apoio frente as dificuldades ou conquista de benefícios governamentais, pois são as associações que trazem as informações sobre os benefícios e ainda tem o papel fundamental na retirada destes recursos, do contrário as pessoas que não estão organizadas em associações ficam impossibilitadas de serem contemplados com estes recursos. Cada associado deve contribuir com três reais mensais, para que permaneça associado.

Dentre os benefícios governamentais recebidos após o processo de implantação do assentamento, tem-se: o fomento no ano de 2000, destinado ao auxílio alimentação e a compra de instrumentos como pá, enxada, arado e outros instrumentos básicos utilizados no cultivo. Em 2001, foram beneficiados com o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária, (PROCERA), como era denominado na época, no valor de R\$ 9.500,00 a ser utilizado na construção de cercas para o lote, comprar instrumentos para a produção e algumas cabeças de

gado de leite, com o intuito de que as famílias tivessem meios de produção para se reproduzir.

Este crédito deveria ser pago após três anos da retirada do benefício, o qual seria parcelado em dez vezes e com um rebate de 40% do total (R\$ 3.800,00) e as parcelas seriam de R\$ 570,00 sendo quitados em um período de dez anos.

No ano de 2001 também foram beneficiados com o fundo de habitação no valor de R\$ 2.500,00 destinado à construção de casas, um valor muito abaixo do necessário para construir uma moradia digna. Assim, em 2012 receberam o equivalente a R\$ 8.000,00, advindos de fundo perdido e destinados à reformas de casas, o que não foi suficiente para esse objetivo, pois de acordo com as pesquisas de campo, cerca de 90% dos assentados entrevistados se encontram em fase de construção, e mais de 50% do total não possuem condições financeiras para executar o acabamento das casas.

Isto ocorreu porque o primeiro benefício para habitação, foi insuficiente para a construção de casas de alvenaria e foram substituídas por madeira. No entanto, quando beneficiados com a reforma das moradias em 2012, ao invés de utilizarem o benefício para reformar, derrubaram as paredes de madeira e tentaram construir casas de alvenaria, cujo valor não foi suficiente para terminar a obra.

Por esse motivo, 75% dos assentados que participaram do processo de assentamento e que foram beneficiados com os recursos do PROCERA, Fomento e Habitação, consideram que não foram suficientes para realizar as atividades do lote.

Dentre as reclamações acerca das atividades que não conseguiram realizar tem-se: construção de cercas para a delimitação do sítio, a moradia sem terminar, formação de pastagens, construção de represas, maquinários para o cultivo, mangueira para o gado, e, dívidas no banco. Ou seja, estas são as atividades que muitos desejam realizar e se encontram sem condições financeiras.

4.3 O uso da terra e as relações de trabalho

Dentre os maquinários e instrumentos utilizados para produção, o trator é o mais utilizado entre os assentados. São alugados dos assentados que possuem este maquinário, pois são poucos os que se dispõem. Assim o processo de produção torna-se muito caro para o pequeno agricultor, pois o custo de aragem de terras custa R\$ 80,00/hora, além disso, em terrenos que apresentam solos muito compactados é preciso gradear o mesmo local por duas ou mais vezes.

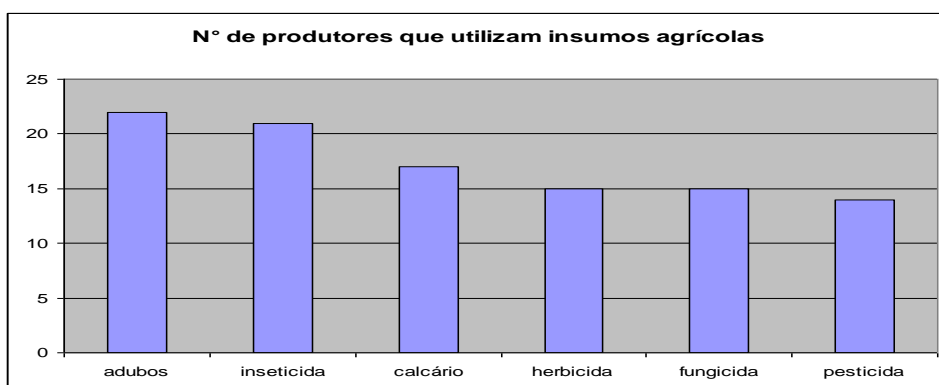
Outros instrumentos utilizados na produção são: arado manual puxados por força animal, bomba de pulverização de agrotóxicos manual, triturador, utilizados para fazer quirera para os pintinhos e triturar napiê para o gado.

Em relação aos insumos agrícolas utilizados para a produção conforme o gráfico 4, o adubo é o mais usado pelos assentados, seguido dos inseticidas e do calcário. Muitos dos produtores, durante a pesquisa, enfatizaram as dificuldades encontradas para a utilização do calcário no solo, uma vez que este produto é muito caro no mercado, aumentando ainda mais as despesas; admitem que é um produto indispensável para corrigir a acidez do solo e fornece cálcio e magnésio para a nutrição das plantas.

Durante as pesquisas de campo, quando questionados em relação às dificuldades de produção, muitos responderam que o solo é bom desde que muito bem adubado e calcariado. Assim, muitas vezes, esse custo com adubos e outros insumos torna-se oneroso e nem sempre são recompensados no momento da comercialização em razão do preço baixo dos produtos.

Foram relatadas outras dificuldades na produção tais como: a ausência de recursos financeiros, problemas climáticos como a falta de chuvas logo após o plantio e excesso no período da colheita, ocasionando a perda de toda uma produção. A cultura do feijão evidencia estas dificuldades citadas, pois no período da colheita esta lavoura depende de um tempo de seca para que o produto esteja em condições de ser colhido, entretanto com chuvas excessivas o produto fica manchado perdendo assim o valor no mercado.

Gráfico 4



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

O relevo acidentado impossibilita fazer a gradeação das terras na preparação do solo dificultando o processo de produção. Outros deixaram de produzir com a

justificativa de que falta mão de obra na propriedade já que moram sozinhos (apenas uma pessoa ou o casal), e não compensa contratar alguém.

Em síntese, as maiores dificuldades elencadas por estes produtores são: a falta de recursos financeiros para investirem, principalmente na compra de insumos como o calcário, adubos, inseticidas, horas de trator para gradear as terras, sementes de qualidade, e muitos dos que arriscam produzir com tecnologia, correm o risco de no período da comercialização serem obrigados a vender a produção por um preço baixo, não cobrindo os custos de produção.

As relações de trabalho no assentamento variam entre mão de obra familiar, incluindo, a troca de dias de serviço e contratação de mão de obra em período temporário.

Praticamente 100% das propriedades utilizam à mão de obra familiar nos afazeres do lote. Esta prática se torna comum diante das exigências de mão de obra no processo de produção.

Já em relação às trocas de dia de serviço (tabela 6), consiste num produtor ajudar no trabalho de outra propriedade, não por dinheiro, denominadas de ajuda mútua, ou seja, como diz o ditado “uma mão lava a outra”. Como diz Tavares dos Santos (1998), apud Oliveira, (2007 p. 41), há um conjunto dos elementos estruturais da produção camponesa dentre eles está a:

b)- a ajuda mútua entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados;

Esta prática mesmo acontecendo entre alguns assentados, representa apenas 40% das famílias, quando contam com vizinhos próximos ou com pessoas da mesma família.

Tabela 6

Produtores que utilizam o sistema de trocas de dia de serviço		
Alternativas	Nº absoluto	%
Utilizam	10	40
Não utilizam	15	60
Total	25	100

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

No assentamento, este tipo de relação de trabalho, ocorre geralmente na colheita de lavouras como o milho, feijão e arroz, por serem produtos que não

podem tomar chuvas em excesso durante a colheita e depende de um grande número de pessoas. Por outro lado é comum na construção de casas, principalmente durante a cobertura do telhado, prática que depende de várias pessoas para que seja concretizado no mesmo dia.

A contratação de mão de obra temporária também tem sido muito usual no assentamento, principalmente por aqueles que cultivam lavouras em grande escala, (mais de 10 hectares), já que a média dos lotes fica entre 12 e 22 hectares, assim exigem muita mão de obra no período de colheitas. Dentre os proprietários pesquisados segundo dados da tabela 7, alguns chegam a contratar cerca de 10 pessoas seja para as colheitas de milho, café, roçagem de pasto, e outras atividades. Valeria aqui lembrar as ideias de Tavares dos Santos afirmando que,

a jornada de trabalho assalariada - aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada; (TAVARES DOS SANTOS, 1998 apud OLIVEIRA, 2007 p. 41).

Tabela 7

Utilizam mão de obra temporária		
Alternativas	Nº absoluto	%
Utilizam	13	52
Não utilizam	12	48
Total	25	100

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Existem ainda nesta comunidade muitos assentados que trabalham fora, temporariamente, (ver tabela 8), ou seja, vão para as cidades próximas ao assentamento, passam um período de (geralmente) uma semana trabalhando e retornam todos os fins de semana para sua propriedade. Esta prática ocorre principalmente entre as famílias com dificuldades de sobreviver apenas do rendimento da propriedade para o sustento da família. Denomina-se trabalho acessório conforme Tavares dos Santos (1998) apud Oliveira (2007):

o *trabalho acessório* - é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa;

Tabela 8

Trabalhou fora em período temporário		
Alternativas	Nº absoluto	%
Sim	4	16
Não	21	84
Total	25	100

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Estes 16% de proprietários que trabalharam fora em período temporário, em sua grande maioria prestam serviços de servente ou de pedreiro na construção civil.

Nos lotes do assentamento, é exigência as terras estarem ocupadas, caso contrário corre-se o risco de perder o lote. No caso dos que se ausentam para trabalhar fora temporariamente, a família (mulher e filhos), permanece no lote para não dar o caráter de abandono. Caso o assentado não tenha família, basta que apenas algum parente mais próximo permaneça no lote.

4.4 Financiamentos para custeio de produção

Nesta comunidade são poucos os agricultores que fazem financiamentos para custeio de produção; muitas são as justificativas para que esta prática seja pouco utilizada entre os agricultores.

Tabela 9

Financiamento para custeio de produção (PRONAF)

Alternativas	Nº absoluto	%
Recebem	3	12
Não recebem	22	88
Total	25	100

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Conforme a tabela 9, apenas 12% dos entrevistados tem feito financiamentos para custeio de produção. São muitas as razões em relação a esta pequena porcentagem. Os outros 88% que não fazem o financiamento, elencaram o fato de não ser compensatório, dado as formas de pagamento do crédito, que se tornam dificultosas para quitar o valor integral após um ano da retirada do financiamento, pois ocorrem durante o processo de produção muitos gastos com investimentos que podem ultrapassar os lucros esperados após a comercialização, ficando impossibilitados de quitar o financiamento.

Além dos produtores que partilham desta opinião, existem aqueles impossibilitados de fazerem financiamentos junto ao banco, principalmente os que participaram do processo inicial de assentamento quando foram beneficiados com o

PROCERA e que não foram quitados pela maioria destes assentados. Os que tiveram acesso ao PRONAF se declaram da seguinte forma:

[...] já peguei o PRONAF, mas na hora de pagar perdi mais do que ganhei, então decidi que não vou pegar mais, faço minha lavoura do meu próprio bolso, assim sei que não vou ter grandes prejuízos (assentado comunidade Cozinhador).

Há aqueles que se interessam em obter financiamentos, mas estão impossibilitados pela falta de regularização do lote. Ainda existem aqueles que não pretendem investir no cultivo de lavoura, mas apenas na criação de gado

4.4.1 Pecuária de leite

A criação de gado leiteiro no assentamento tem assegurado grande parte da renda para a sobrevivência dos assentados, pois o cultivo de grãos deixou de ser a principal atividade econômica desenvolvida, diferentemente do início da implantação do assentamento.

A ausência de profissionais técnicos, endividamento dos assentados com o banco, ausência de apoio financeiro para custeio de produção, preços baixos durante a comercialização, contribuíram para uma diminuição da produção de grãos e o surgimento de outros caminhos para a sobrevivência dos assentados. O gráfico 5, demonstra a quantidades de cabeças de gado por produtores .

O gráfico 5, representa a quantidade de litros de leite retirados por dia e o respectivo número de produtores.

Dentre os assentados que “tiram” até 10 litros de leite por dia, geralmente não comercializam, mas apenas utilizam para o próprio consumo, contudo acima de 15 litros já são destinados para a comercialização. No período das entrevistas na pesquisa de campo (julho a setembro de 2013), o preço do litro do leite pago pelas empresas Camila Laticínio de Rosário do Ivaí - PR e Laticínios Tamalat de Tamarana-PR, era de R\$ 0,80.

Observe que praticamente a metade dos assentados entrevistados possui entre 1 e 5 cabeças e chegando a quatro produtores com mais de 31 cabeças

Estes produtores de leite nunca receberam apoio técnico para a realização desta atividade, sempre trabalharam por conta própria com as relações estritamente baseadas entre o produtor e a empresa de laticínios. Muitos deles sofrem com a baixa produção durante o inverno, pois a geada resseca boa parte do pasto, diminuindo a produção de leite e o rendimento do produtor.

Gráfico 5

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

A foto 6 ilustra um dos assentados tratando do gado de com sal, alimento complementar que deve ser dado de 130 a 160 gramas por dia para cada animal e, ao fundo, uma lavoura de milho. Segundo este assentado que trabalha fora, em período temporário, durante a semana e retornando nos fins de semana para resolver os problemas do lote, está fazendo um investimento em gado para que no futuro sobreviva apenas do leite e não precise mais trabalhar fora, pois a sua alegria, é estar cuidando do gado e do lote.

Foto 6

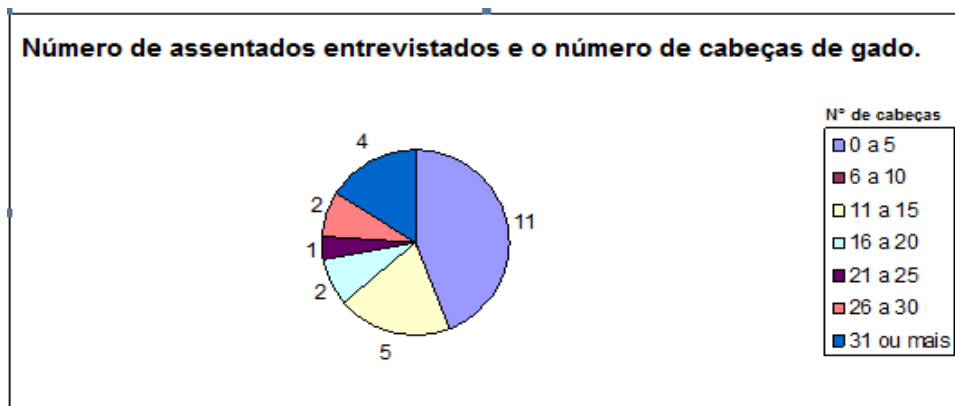
Vista parcial da criação de gado leiteiro na Comunidade Cozinhador



Gado leiteiro do assentado, um dos primeiros moradores do assentamento e que participou do processo de implantação, assim como um dos maiores produtores de leite desta comunidade.

Fonte: Trabalho de Campo.

Foto: autora, 2013.

Gráfico 6

Ilustra o nº de assentados entrevistados e o número aproximado de cabeças de gado que possuem, apresentado claramente que a maior parte dos produtores (11 dos entrevistados) possuem de 0 a 5 cabeças de gado.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

As únicas alternativas para evitar a baixa produção de leite nesta época do ano é a plantação de cana e aveia, evitando que as vacas leiteiras diminuam drasticamente a produção de leite.

Há produtores de leite que comercializam maior quantidade pela sua condição técnica, inclusive, utilizando a ordenha mecânica que permite obter maior quantidade num curto espaço de tempo.

Os pagamentos, geralmente, são feitos em cheques, entregues pelo próprio coletor de leite, (funcionário da empresa), no assentamento, os quais podem ser descontados imediatamente.

[...] tudo o que conseguimos investir no lote foi com o dinheiro do leite, é um investimento garantido ao contrário das lavouras de feijão e arroz que já nos deram muitos prejuízos. Assentado com mais de 110 cabeças de gado na comunidade Cozinhador, 2013).

Destes assentados que possuem muitas cabeças de gado na comunidade, geralmente alugam pasto de outros, já que a quantidade de terras de cada lote torna-se insuficiente para a formação de pasto para muitas cabeças.

Em geral, os assentados que sobrevivem desta atividade econômica estão satisfeitos, pois consideram a única maneira de assegurar uma renda mensal para a sobrevivência da família. Dentre os que não vendem o leite produzido em razão de sua menor quantidade, geralmente fazem queijo para o próprio consumo e há um

caso específico no qual um assentado faz requeijão e comercializa para os moradores desta mesma comunidade.

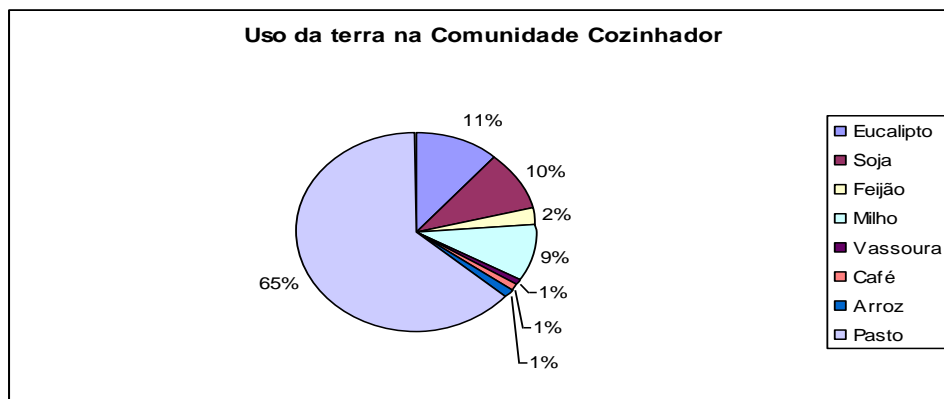
4.4.2 Produção Agrícola

O gráfico 7, apresenta os produtos cultivados na comunidade Cozinhador, além do pasto, no qual se destacam o milho, cultivados no final e início do ano, a soja e com maior significado em área o eucalipto.

Vale salientar que o milho, mesmo representando um dos três produtos mais cultivados nesta comunidade, esta produção não visa a comercialização, mas sim, o próprio consumo, principalmente como ração das aves. Já 100% da produção de soja são destinados para o comércio, produzidos por apenas quatro assentados desta comunidade, representando 10% da produção por área nesta comunidade. Esta produção significativa desses produtores se justifica pela alta do preço do produto no mercado, pois na última safra 2011/2012, chegou em média a R\$ 60,00/saca.

O eucalipto é o produto mais cultivado chegando a 11% da área, perde apenas para as pastagens como se observa no gráfico 8 no qual representa 65% da área ocupada.

Gráfico 7



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

A área de pastagens ocupa uma proporção maior em relação às outras culturas, pois mesmo aqueles que desenvolvem outras culturas como o eucalipto, a soja, o milho entre outros, contam com uma porcentagem das terras para pastagem, pois, via de regra, a maioria destes produtores possuem ao menos uma vaca de leite. Os poucos que não possuem gado utilizam a área de pastagens para alugar aos proprietários com mais cabeças de gado.

Dentre os outros produtos apresentados no gráfico, apenas a vassoura e o café são para fins comerciais, mas existe apenas um único assentado que cultiva vassoura e dois assentados produzem o café para o comércio, o que justifica a pequena porcentagem de área produzida.

4.4.3 A cultura do eucalipto no Cozinhador

A cultura do eucalipto foi introduzida na comunidade Cozinhador no ano de 2002, pelo então assentado Jean Moreira de Souza, de 73 anos de idade. Atualmente mora apenas com sua esposa de 70 anos, e estão desde a formação do acampamento na antiga fazenda RR, além de fazer parte do grupo de famílias vindas do interior do estado da Bahia, especificamente do município de Serra do Ramalho.

Segundo o Sr. Jean, após três anos como assentado, lutando por melhores condições de vida em sua propriedade, percebeu, após muitas experiências mal sucedidas, que a agricultura estava deixando a desejar em relação ao retorno financeiro. Foi então que no ano de 2002 participando de uma reunião com “o pessoal do meio ambiente”, (não soube explicar quem eram), segundo ele, veio a conhecer a cultura do eucalipto. A reunião feita por um técnico agrícola foi com o objetivo de incentivar o pessoal do assentamento no plantio plantaçaõ desta cultura, além de apresentar as formas de cultivo e a promessa de um expressivo retorno financeiro.

Segundo este mesmo informante, foram plantados na época 3.500 pés, com um custo de aproximadamente R\$ 1.000,00. Após três anos do período de plantaçaõ, conseguiu com essa renda liquidar a dívida do PROCERA, junto ao banco, sobrando, parte deste retorno financeiro, para outros investimentos em sua propriedade. Atualmente este tem cerca de 5 hectares de eucaliptos, com a garantia de ser o melhor investimento para quem não tem mão de obra, ter um custo baixo e um expressivo retorno financeiro. A foto 14, mostra o cultivo de eucalipto deste assentado com dois anos após seu primeiro corte.

Segundo este mesmo agricultor, após todos os cortes (três ou quatro cortes feitos em intervalos de 3 anos ou mais), desta cultura e a sua retirada, o solo continua fértil tanto quanto antes, no qual poderá replantar esta mesma cultura, ou qualquer outra lavoura que desejar.

Segundo as pesquisas realizadas com os plantadores desta cultura no Cozinhador, com exceção do seu Jean, foram incentivados pelo fato de alguns agricultores dos assentamento vizinho, (Água da Prata), terem demonstrado que havia um expressivo retorno financeiro. Assim, iniciaram o plantio desta, inclusive comprando mudas de um produtor deste mesmo assentamento.

Foto 7

Plantação de eucalipto no Cozinhador



Fonte: Trabalho de Campo.

Foto: autora, 2013.

A introdução desta cultura foi estimulada pelo seu baixo custo financeiro e de pouca mão-de-obra exigida após o plantio. Mesmo sem assistência técnica ou qualquer outro apoio durante sua implantação nesta comunidade, muitos passaram a introduzir esta cultura.

[...] é uma linha de produção que dá um retorno melhor, pode plantar sem medo de prejuízo, que mesmo com um pouco de demora você vai ter um retorno financeiro, todo este gadinho que tenho aqui foi comprado com dinheiro de eucalipto. (Assentado da comunidade Cozinhador).

O principal fator que atrai os agricultores para a plantação desta cultura é o fato de não ter custo alto nem trabalho após o período de plantação, pois depois de formado não necessita mais de cuidados, restando apenas esperar a época do corte que demora de 3 a 4 anos em sua primeira fase.

Apesar de tudo, nem todos os agricultores que introduziram esta cultura em sua propriedade estão satisfeitos, alegando principalmente o tempo de espera para um retorno financeiro, o baixo preço sem quaisquer acréscimos, além da falta de

transporte que os torna obrigados a vender a produção por um preço bem abaixo do mercado para intermediários.

A produção desta cultura, em sua grande maioria é destinada para as serrarias e à fábrica de papel em Tamarana, assim como para Londrina, Maringá e Apucarana, utilizados para, cujos preços de um metro cúbico vendidos diretamente nestas empresas variam entre R\$ 45,00 e R\$ 50,00/m³. O intermediário ganha praticamente o mesmo valor que o produtor, com o trabalho de apenas cortar e carregar a produção. Por falta de mão de obra na colheita do eucalipto, o produtor deixa toda a função do corte e carregamento das toras por conta do intermediário, fato que acaba por retirar boa parte do lucro destes agricultores.

Com a aceleração da transformação da produção agrícola em produção de mercadorias, a manutenção da situação primitiva de venda direta do produtor aos consumidores tornou-se praticamente impossível, pois quanto maiores eram as distâncias e a duração das viagens aos mercados para os quais o camponês produzia, mais difícil era vender diretamente aos consumidores. Tornava-se, assim necessário o intermediário, comerciante, que passou a figurar entre o produtor e o consumidor. Assim, o produtor perdia o contato com os consumidores e perdia também a visão do próprio mercado. (OLIVEIRA, 2007 p.18).

Nesse sentido, caso o produtor tivesse condições de comercializar diretamente com o consumidor, o lucro seria bem maior do que entregando nas mãos de intermediários.

Além disso, o tempo esperado pelo retorno financeiro é muito longo e só podem retirar de 3 a 4 cortes de cada plantação; após estes cortes as plantas não se desenvolvem mais como antes transformando em apenas troncos finos que não servem para o comércio.

Após o processo dos cortes é preciso retirar a cultura, e de acordo com os produtores pode ser feito apenas com veneno, (sem nenhum trabalho), havendo controvérsias em relação ao desgaste ou não do solo. Alguns arriscam dizer que ao contrário do que dizem em relação à degradação do solo, após a retirada desta cultura o solo continua ainda mais fértil do que outrora.

[...] tem retorno e não tem custo, e a terra continua fértil no lugar de plantação, renova a terra, depois é só passar veneno para matar os tocos e pode planta lavoura e até eucalipto novamente. (Assentado Comunidade Cozinhador).

Com base nas pesquisas realizadas, para a plantação de um hectare desta cultura são gastos aproximadamente R\$ 1.000,00 no período de plantação, sendo

incluídos, gradeação de terras, mudas, adubação, agrotóxicos e mão-de-obra com plantio e outros cuidados durante os primeiros seis meses. Após quatro anos, é possível retirar o primeiro corte com um rendimento de aproximadamente R\$ 3.000,00 reais livres de quaisquer outros encargos. Após um período de três ou quatro anos em mais dois cortes desta plantação é possível retirar o mesmo rendimento livres de quaisquer outros custos.

Dentre os produtores que cultivam o eucalipto no Cozinhador, todos utilizaram investimentos próprios sem auxílio de financiamentos. Dos 11 plantadores de eucalipto para o comércio nesta comunidade seis agricultores consideram os preços de venda satisfatórios, e destes plantadores 10 consideram a melhor forma de investir na propriedade com a garantia de não perder a produção, com baixos custos, pouca mão de obra e retorno financeiro sem riscos de prejuízo.

“Não pretendo mais plantar, o preço está muito baixo e dizem que a terra fica fraca, vou acabar com a cultura e plantar pasto e cana para o gado”

“Tem retorno sem muito trabalho, ainda mais que produzi minhas próprias mudas sem precisar comprar, se não fosse o eucalipto estava muito pior”.

São divergentes as opiniões dos que plantam esta cultura na comunidade, assim como o que pretendem fazer após todos os cortes da lavoura de eucalipto. Dentre elas, o plantio de pastagens na terra, plantio de soja, e outros desejam fazer o replantio de eucalipto no mesmo local.

A plantação de eucaliptos torna-se um fator negativo em pequenas propriedades, principalmente quando esta cultura é implantada utilizando integralmente a área do lote, e assim descumprindo a função social da terra, que por ser um bem natural necessário a todos, aqueles que a detém devem cumprir sua função social com intuito de satisfazer a sociedade.

4.5 Perspectivas das famílias assentadas

Durante a pesquisa de campo, numa das questões apresentadas, foram indagados sobre o preço que venderia seu lote, de acordo com o valor que cada um atribuiria ao seu legado. Os preços alcançaram variações entre R\$ 3.500,00 a R\$ 20.000,00/ha.

O tamanho das propriedades do assentamento varia entre 12 e 19 hectares, ao multiplicar pela média dos valores atribuídos pelos assentados, ou seja, em torno de R\$ 10.000,00 o hectare. As propriedades saem em média no valor de 150.000

reais, tal quantia não proporciona a compra de mais que uma casa razoável num bairro de periferia das cidades. Mesmo com estas suposições feitas a partir das entrevistas, percebe-se que a média dos lotes vendidos no assentamento ainda se encontram muito abaixo deste valor, cerca de R\$ 80.000,00 para 19 hectares, de acordo com o lote vendido de maior valor recentemente no assentamento. Tal valor pode ser considerado muito abaixo para um começo de vida em outras regiões.

Foto 8

Casa de alvenaria de um assentado



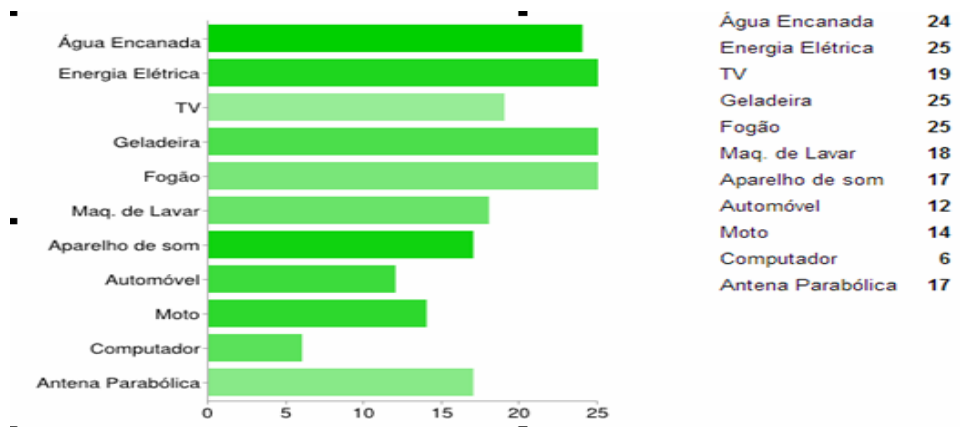
Casa de um assentado da Comunidade Cozinhador, que participou do acampamento e implantação do Assentamento, e também um dos pioneiros no cultivo do eucalipto.

Fonte: Trabalho de Campo.

Foto: autora, 2013.

Esta casa é uma das poucas que não estão em fase de construção na Comunidade; foi construída parte com recursos governamentais, mas concluída com recursos do próprio assentado.

Em geral, as famílias do assentamento estão bem equipadas em relação aos móveis e eletrodomésticos de casa. Como se observa no gráfico 9, praticamente 100% dos domicílios possuem água encanada, da comunidade, energia elétrica e outros eletrodomésticos. São os meios de transporte, mais especificamente motos e carros, que existem em menor porcentagem entre as famílias e contam também com computadores, que foram detectados em casas de famílias onde residem adolescentes e/ou estudantes.

Gráfico 8**Móveis e Eletrodomésticos por assentado**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Dentre as famílias que não possuem aparelhos de TV, não se justifica pela ausência de recursos financeiros e sim por opção religiosa.

De acordo com as pesquisas de campo, 100% das famílias assentadas estão satisfeitas com o lote, pois mesmo com as dificuldades pretendem continuar no assentamento e lutar por uma vida melhor. Muitas estão lutando para quitar suas dívidas no banco através da cultura do eucalipto, outras gostam do assentamento por ser um lugar tranquilo e bom para criar os filhos com um baixo custo de vida e longe da violência das cidades. E ainda existem aqueles que pelo fato de terem trabalhado na área rural durante toda a vida, não pretendem se desfazer da propriedade, pois consideram um solo fértil para qualquer tipo de produção.

Existem no assentamento muitos proprietários que recebem a aposentadoria, ou um integrante da família com o benefício. De acordo com a tabela 10, são 36% dos assentados entrevistados com o benefício, no qual, para a maioria, é a principal fonte de renda para a sobrevivência da família.

Tabela 10

Nº de lotes com pessoas (qualquer individuo da família) que recebem/ou não aposentadoria		
Alternativas	Nº absoluto	%
Recebem	9	36
Não recebem	16	64
Total	25	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Tabela 11

N° de lotes com pessoas que recebem/ou não Bolsa Família		
	N° absoluto	%
Recebem	10	40
Não recebem	15	60
Total	25	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Outro benefício governamental recebido pelas famílias assentadas é o Bolsa Família, (tabela 11), principalmente entre os assentados com crianças e/ou adolescentes que freqüentam a escola. Assim como o benefício da aposentadoria, o Bolsa Família, muitas vezes, serve como uma fonte de renda para a sobrevivência destas famílias.

Pôde-se constatar por meio das pesquisas de campo que a renda anual das famílias varia entre R\$ 2.000,00 a R\$ 8.000,00, entre as que possuem menor poder aquisitivo, e entre R\$ 12.000,00 a R\$ 48.000,00 para as mais abastadas; dentre estas famílias se encontram as que recebem algum benefício de aposentadoria, trabalham fora em período temporário ou possuem um emprego no próprio assentamento, e outras com grande quantidade de cabeças de gado em que sobrevivem da renda da produção de leite ou da venda de gado.

Abaixo serão pontuadas sugestões e opiniões dos assentados durante as pesquisas de campo.

1) Em relação às atividades no qual desejam investir com a renda adquirida na propriedade, muitos pretendem investir em pastagens, remédios e rações, em razão de acreditarem que este investimento pode trazer mais segurança financeira.

Para os que pretendem investir no cultivo de lavouras, investem em maquinários, adubos e inseticidas e outros insumos. Há ainda os que desejam investir em cabras para a produção de leite, em razão de sua valorização no mercado atual, também na apicultura, criação de carneiros e reforma de casas. São todos possíveis investimentos pretendidos pelos moradores desta comunidade.

2) São diversas as opiniões em relação a atuação governamental no setor agrícola e o que pode ser feito para melhorar o desenvolvimento dos pequenos agricultores. Dentre elas, se destaca: mais financiamentos com juros baixos e facilidades de pagamento, com redução da burocracia para retirada destes benefícios, pois este processo, muitas vezes, desgastantes, causam gastos e o

tempo do produtor sem a garantia de serem aprovados pelo banco, em razão da grande quantidade de documentos exigidos.

Outros acreditam que as instâncias governamentais deveriam facilitar o escoamento da produção, além de controlar os preços dos produtos no período da comercialização, para que o produtor não corra riscos de prejuízos na lavoura, além de assistência financeira, caso o produtor venha a perder a produção, ou seja, obter um seguro agrícola.

Proporcionar melhores infra-estruturas na área rural, como melhores estradas, facilitando o transporte de produção, como fornecer insumos agrícolas (calcário, adubos, sementes) proporcionando menores custos de produção e maior rendimento após a comercialização.

Resumidamente, o que ao agricultor deseja é que o governo proporcione suporte técnico e financeiro desde a preparação das terras até o período de comercialização da produção.

3) 13 do 19 entrevistados que possuem filhos no assentamento, gostariam que seus filhos pudessem permanecer na propriedade, principalmente para auxiliarem no trabalho, muitos dos quais se preocupam com a idade avançada e a permanência dos filhos seria eficaz para continuarem “tocando” a propriedade.

O restante, 6 assentados se revelam a favor de que os filhos morem nas cidades com o intuito de se aprimorarem nos estudos e profissionalmente, para garantir, no futuro, uma melhor situação financeira do que os pais.

4) É de praxe que os assentamentos rurais em sua maioria, não possuem titulação de terras, ou seja, uma documentação definitiva que garanta segurança jurídica de posse das terras dos assentados. Assim quando questionados sobre a intenção de obter o título da propriedade, dos 25 entrevistados, 3 acreditam que a titulação definitiva é um ponto negativo, já que o INCRA deixará de influenciar no assentamento através de benefícios a fundo perdido que poderiam receber, além de acreditarem que o governo deixará de amparar os assentados.

Outros 22 proprietários que são a favor de receberem a titulação definitiva, acreditam numa maior segurança no direito de propriedade, pois poderão trabalhar fora despreocupados, sem risco de perder o lote, assim como obter melhores facilidades de financiamento para produção e valorização da propriedade, já que muitos dos que desejam “comprar” um lote no assentamento sentem-se mais seguros já desde que a propriedade possua titulação definitiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento da pesquisa de campo, foi possível entender a dinâmica de organização desta comunidade, suas maneiras de reproduzir enquanto assentado de Reforma Agrária.

No processo de produção agrícola percebe-se uma desorientação decorrente da ausência de profissionais técnicos, endividamento dos assentados com o banco, a ausência de apoio financeiro durante a produção, preços baixos durante a comercialização e muitos outros fatores, contribuíram para uma diminuição da produção de grãos e o surgimento de outros caminhos para a sobrevivência dos assentados.

Dentre estas possibilidades, a criação de gado leiteiro e o cultivo de eucaliptos se destacam como atividades em maior desenvolvimento nesta comunidade. Mesmo assim, estas atividades não fazem jus em relação a quantidade de famílias e de hectares de terras.

Nota-se a ausência de perspectivas em relação à produção, ou qualquer outra atividade que possibilite o desenvolvimento destas famílias enquanto pequenos produtores familiares. Em comparação com o início da formação do assentamento, no qual a produção de grãos era uma forte atividade desenvolvida entre os assentados, atualmente percebe-se uma drástica mudança neste sentido.

Alguns abandonaram estas estratégias de produção em razão de benefícios da aposentadoria, que devido a não dependência da sobrevivência com outras atividades deixaram de produzir em grande escala para fins comerciais e passaram a cultivar apenas para o auto consumo do lote.

Muitas das reclamações que surgiram durante as pesquisas de trabalho de campo foram a falta de recursos financeiros para custeio de produção, já que grande parte dos assentados se encontra impossibilitada de conseguir créditos junto ao banco, e mesmo aqueles que poderiam obtê-los não o fazem. As taxas de juros muito altos, fatores climáticos, ou até mesmo preços baixos devido ao excesso de produção no período da colheita e a exploração de intermediários que compram a produção, ganhando livre, boa parte do lucro dos agricultores, são as causas de um enfraquecimento das atividades no assentamento.

Diante destes problemas muitos acreditam que o governo deveria possibilitar maior orientação técnica, com financiamentos a juros mais baixos, e diminuição da

burocracia para obter estes créditos, além de um seguro, caso ocorra a perda da produção em relação a eventos climáticos, baixo custo de insumos agrícolas como adubos, venenos e sementes, e apoio no processo de comercialização para que não ocorram decréscimos dos preços durante a colheita.

No entanto, é possível compreender que o assentamento se encontra num estado de abandono em relação a ausência de apoio técnico e direcionamento dos assentados para investimento em atividades que gerem renda, tornando possível o processo de reprodução do pequeno produtor familiar.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, J **A dinâmica do município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.** 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

BRASIL, lei n° 4 504 de 30 de novembro de 1964.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil-1988.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, Disponível em:
<http://www.dicio.com.br/grilagem/>, Acesso em 18/01/2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

GOOGLE EARTH, Disponível em:
<https://www.google.com.br/maps/place/Ortigueira+-+PR/@-24.132092,50.9075031,1448m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x94ebd950717f69e7:0xcdbeedf12f50db62012>. Acesso: 14/11/2013.

GRAZIANO DA SILVA, J.; **A Reforma Agrária no Brasil; Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento;** Zahar Editores; Rio de Janeiro, 1971.

GRAZIANO, J. S. (org). **Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo, Editora Hucitec, 1978.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (INCRA), Instrução normativa/INCRA/n°/71 de 17 de maio de 2012. **Normativa as ações e medidas a serem adotadas pelo INCRA nos casos de constatação de irregularidades em projetos de assentamentos de Reforma Agrária.** Resolução INCRA/cd/n°9 de 17 de maio de 2012, Seção VII.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Disponível em:
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411730&search=parana|ortigueira>, Acesso em: 30/09/2013.

MARTINS J. de, S. ; **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS J. de, S; **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis; Vozes; 1983

MARQUES, P. M. **A Reprodução da Reforma Agrária no Norte Paranaense: Estudo do Assentamento Libertação Camponesa, Ortigueira – Paraná.** 2005. 53 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; **Reforma Agrária no Brasil: História e Atualidade da luta pela terra,** 1° edição, São Paulo, 2003.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. 2006. Disponível em <
<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Miralha.PDF>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

OLIVEIRA, U. A. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária** 1ª edição FFLCH São Paulo, 2007.

PRADO JR.,C.. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA, Disponível em:
<http://portal.ortigueira.pr.gov.br/pg/sobreortigueira/estatisticas>, Acesso em:
10/11/2013.

SILVA, J. G; **A Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.

Stédile, J. P., **O debate na esquerda: 1960-1980** 1ª edição,2005.

WACHOWICZ, R. C. Norte velho, norte pioneiro. Curitiba, Paraná, Vicentina, 1987.

WANDERLEY, N. M. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. Ed. Passo Fundo- RS: UPF, 2001.

7. APÊNDICE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ASSENTAMENTO RURAL LIBERTAÇÃO CAMPONESA – ORTIGUEIRA- PR

Data:/...../.....

Nome da propriedade:nº do lote:.....área:.....

Nome do entrevistado:

SOBRE O ENTREVISTADO

1. Onde nasceu: Município:..... Estado:.....
() área rural () área urbana.

2. Quais foram os municípios que o senhor (a) já morou até chegar neste Assentamento?
.....

3. Já havia trabalhado na área rural? () sim () não () era proprietário () parceiro ()
bóia fria () outros (especificar):.....

4. Você participou do processo de implantação do Assentamento? () sim () não Quando
chegou?

.....
a) Como ficou sabendo deste lote?

.....
b) Quanto pagou pelo lote?

.....
c) O INCRA já regularizou a situação da compra? () sim () não

5. Passou por algum acampamento antes de conseguir este lote? () sim () não Onde?
.....Por quanto tempo?

.....

6. Quais as foram as dificuldades encontradas para a conquista da terra?

.....
.....

7. O que faziam antes de chegar ao acampamento?

.....

8. Como tiveram conhecimento deste lugar e porque resolveu acampar?

.....
.....

9. Como era a propriedade antes da implantação deste assentamento?

.....
.....

10. Como foi a escolha dos lotes?.....

11. Como foi definido o tamanho dos lotes? E qual a área deste?
.....

12. Está satisfeito com a área escolhida? () sim () não Porque?
.....
.....

13. A conquista da terra foi pacífica? () Sim () Não Como foi?
.....
.....

14. Quais foram os benefícios governamentais durante o tempo de assentado e seus respectivos valores?
.....
.....

15. O dinheiro foi suficiente para realizar as atividades no lote? () Sim () Não Por que?
.....

16. Quais as dificuldades encontradas no início do Assentamento?
.....
.....

PERFIL DA FAMÍLIA

17.

Nome	Sexo	Idade	Parentesco	Escolarid.	Loc/nasc.	Loc/trab. e função	Renda

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

18.

Tipos de cultura/atividades	Área Ocupada	Dest/produção (munic., estado)		Valor médio da comercialização	Período da safra
		comércio	Gasto		

PRODUÇÃO DE LEITE

19. Gado: quantas cabeças?.....Quantidade de leite?
..... Destino da produção?
.....

20. Recebe alguma orientação técnica? () Sim () Não De quem?
.....

21. Quais são as formas de pagamento? () Cheque () Conta no Banco () Dinheiro

22. Qual o preço do litro do leite?.....É satisfatório?.....Porque?
.....
.....

INSTRUMENTOS E PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO

23. Que tipos de maquinários/instrumentos são utilizados na propriedade?
.....
.....

24. Como adquiriu estas máquinas?
.....
.....

25. Utiliza: () Adubos () Inseticida () Calcário () Herbicida () fungicida ()
Pesticida () Inseticida

26. Faz financiamento pelo PRONAF? () sim () não Que tipo? () custeio ()
investimento. Tem conseguido pagar o Banco? () sim () não Qual banco?
.....Caso negativo Por
que?.....

27. Tem enfrentado dificuldades para produzir?
Quais?.....
.....

28. Qual o tipo de solo e quanto custa um hectare de sua propriedade?
.....

29. Possui: () Água encanada () outra forma de captação- qual: ()
Energia Elétrica () TV () Geladeira () Fogão (Maq. de lavar () Aparelho de som ()
) automóvel () Moto () Computador () Antena parabólica.

RELAÇÕES DE TRABALHO

30. Trabalha com mão de obra familiar? () Sim () Não Quantas?.....

31. Utiliza o sistema de troca de dias de serviço (mutirão)? () sim () não Em que tipo de
trabalho?

32. Contrata mão de obra temporária? () Sim () Não Quantas pessoas?..... Em que
época do ano?.....

33. Contrata mão de obra assalariada? () sim () não Para quais atividades?

34. Alguém da família trabalha fora em período temporário? (com residência fixa no lote) () sim () não Em que tipo de trabalho?

35. Alguém da família recebe aposentadoria? () Sim () Não Quantas pessoas?..... ()
 Bolsa família (quantos).....

COMERCIALIZAÇÃO

36. O senhor vende a produção para intermediários? () sim () não Quais produtos?
()
 supermercado (o que?)..... ()
 Ceasa (o que?).....

37. É associado/a a alguma associação? Qual?
 Quais são os benefícios?

EUCALIPTO

38. Porque escolheu plantar esta cultura?

39. São quantos hectares de plantio?.....

40. Quem vende as mudas?() assistência técnica (De quem?)

41. Considera os preços de venda satisfatórios? () Sim () Não Por
 que?.....

42. Quem transporta a produção? () próprio () paga frete R\$.....

43. Para quem vende?.....Formas de pagamento?
 Preço do metro?.....

44. Quantos cortes por ano?.....Custo da
 produção?.....

45. Tem contrato com alguma indústria? () sim () não Qual?

46. O Sr. pega algum financiamento para o custeio desta cultura? () sim () não
 Quanto?.....

47. Está satisfeito com a plantação desta cultura?

48. Qual a vida útil do eucalipto? (quantos cortes)..... O que pensa sobre isto?

.....

49. O que o Sr. acha da implantação da Klabin no município de Ortigueira?

.....

OPINIÕES E PERSPECTIVAS

50. De modo geral, o Sr. Está satisfeito com o resultado obtido em sua propriedade?.....

.....

51. Qual aproximadamente a renda anual de sua família a partir das atividades desenvolvidas dentro e também fora da propriedade? O que está sendo investido na propriedade com esta renda?

.....

.....

52. Pretende continuar no Assentamento? () sim () não Por que?

.....

.....

53. Como o Sr. vê a atuação governamental em relação ao setor agrícola?

.....O que precisa ser feito?

.....

54. Pretende que seus filhos permaneçam na propriedade? () sim () não Por que?.....

.....

.....

55. O Sr. já tem o título deste lote? () sim () não Gostaria de ter?

.....

56. Qual a sua opinião em relação ao MST? E qual a contribuição deste movimento para o Sr.?

.....

57. Mantém vínculos com o MST? () sim () não Como participa?

.....Por que?

.....